



Parque Carlos Alberto de Meneres

Revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno, localizados no município de Camaragibe - PE.

Autora: Marília Karla da Silva Santos
Orientador: José Eduardo de Moura

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MARÍLIA KARLA DA SILVA SANTOS

PARQUE CARLOS ALBERTO DE MENEZES

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS DA VILA DA FÁBRICA, DA PRAÇA DA
GRUTA NOSSA SENHORA DE LOURDES E SEU ENTORNO, LOCALIZADOS NO
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE.

RECIFE
DEZEMBRO/2012

Santos, M. K. S.

Parque Carlos Alberto de Menezes: revitalização da praça de eventos da Vila da Fábrica, da praça da gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno, localizados no Município de Camaragibe - PE. / Marília Karla da Silva Santos. O Autor, 2012.

127 folhas.

Orientador (a): José Eduardo de Moura

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura 2. Espaços Livres Públicos 3. Praça de Eventos 4. Vila da Fábrica 5. Paisagismo.

**72 CDU (2ªed.)
72 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2013-156**

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
MARÍLIA KARLA DA SILVA SANTOS

PARQUE CARLOS ALBERTO DE MENEZES

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS DA VILA DA FÁBRICA, DA PRAÇA DA GRUTA NOSSA SENHORA DE LOURDES E SEU ENTORNO, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE.

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvido pela aluna Marília Karla da Silva Santos sob a orientação do Professor Dr. José Eduardo de Moura.

RECIFE
DEZEMBRO/2012



FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
Curso de Arquitetura e Urbanismo

ATA DE AVALIAÇÃO FINAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às _____ horas do dia ____/____/____ reuniu-se a Banca Examinadora de Trabalho de Graduação II, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado “Requalificação Paisagística da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno, localizados no município de Camaragibe – PE”, desenvolvido pela aluna Marília Karla da Silva Santos, como requisito final de obtenção do Grau de Arquiteta Urbanista, de acordo com as normas em vigor.

Aberta a sessão, o professor Dr. José Eduardo de Moura orientador do trabalho, autorizou a apresentação pela aluna. Logo após, seguiram-se as colocações dos membros e conseqüente arguição a aluna, com sua respectiva defesa. Ao final, a banca se reuniu, sem a presença de todos, para julgamento e atribuição do resultado final, declarando a candidata _____, com a nota _____. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo orientador do trabalho, tendo todos os membros presentes assinado a Ata.

Nome Convidado (a) Externo (a)

Assinatura

Nome Convidado (a) Interno (a)

Assinatura

José Eduardo de Moura
Professor Orientador

Assinatura

Marília Karla da Silva Santos
Aluna

Assinatura

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, por estar sempre presente em minha vida. Por cada dia que ele me dá a chance de acordar, de sonhar, de acertar e algumas vezes errar, de amar, de sorrir, de chorar, de cair e levantar, de começar e terminar, e recomeçar, e começar de novo, e viver.

A minha família, em especial para a minha mãe que sempre dava um jeitinho de vim contar aquela fofoca, ou comentar a novela, justamente na hora em que eu formulava as últimas palavras para fechar algum capítulo, e ao meu irmão por todas as vezes que não conseguia escutar música em um volume que não fosse o máximo sempre que eu começava a estudar.

Ao meu namorado Romilson, por ser tão carinhoso. Pelos finais de semana sem fazer nada em casa quando eu não podia sair, pois tinha projetos pra terminar, principalmente agora com o final do curso, e pelas vezes que ele tentou barganhar algo em troca de ajuda com o TG.

A ONG Ponto Cidadão, por me fazer descobrir que eu não precisava ter o mesmo destino de quase todas as minhas amigas, casar, ser mãe e dona de casa. Sem nem saber o que era uma prova de concurso fiz o CEFET e passei, e já faz um bom tempo, mas ainda me lembro como se fosse ontem de Emerson Trevisan, o melhor professor que já tive, me puxando pelo braço, indo de sala em sala dizer o quanto estava orgulhoso, e eu morrendo de vergonha. E tempos depois sua esposa, Sueli Trevisan, me apresentou a Raquel, a primeira arquiteta que conheci.

Aos meus amigos, que são poucos, mas verdadeiros. Em especial a Nielson, Twany, Sabrina, Fernanda, Isabela, Cássio, Thamyres, Wil, Wilka, Paulistinha, Erica e Gerlane, que mesmo não sabendo nem o título do meu TG são os melhores amigos que eu poderia ter. Agradeço pelos melhores momentos e pela grande amizade, e peço desculpas pelos dias que estive ausente, trocando vocês por essa tal de “arquitetura”.

Aos amigos que fiz nesses 5 anos de faculdade. A Dácio, meu primeiro e grande amigo de sala, por ter feito este mundo tão diferente de minha realidade se tornar mais agradável, assim como Rosalie, Camila, Rodolfo e Watuse, que se mudou aos pouquinhos para nossa turma. Não fosse o fechamento da FAUPE, neste último ano seríamos somente nos seis.

A todos os amigos do CEFET, da CONSULTOP especialmente à Lúcia, Sheina, Iale e Will, e aos amigos do TJPE como Felipe, Hariane, Bruna, Vasti e Simone que dividia suas dúvidas e certezas do TG comigo.

Ao fechamento da FAUPE, graças a isto pude conhecer novas pessoas que me ajudaram muito quando em 2012.1 fiz um trabalho sobre a Vila da Fábrica na matéria de PU6, onde eu tentei ser monitora do professor Eduardo Moura. Agradeço especialmente a Tarciana e Marcela, pelos materiais doados, pelas dúvidas tiradas, pela amizade.

A irmã Mirian, Rosana, Josy, seu Espedito, as meninas da limpeza, aos seguranças, ao pessoal da cantina, aos meninos da Xerox, a coordenação de arquitetura, aos meus queridos professores, em especial a “floquinho”, Marcelo, Nathália, Maurício, Ana, Eduardo, Fátima, e Luciana.

Agradeço especialmente a um moço que vem todas as sextas de Caruaru para me fazer apaixonar por esta cidade, Camaragibe. Meu professor, orientador e também amigo, obrigada por me fazer gostar do urbanismo e a amar este lugar.

Para finalizar, eu gostaria de deixar bem claro que se não fosse por cada um de vocês, eu teria sim, com toda a certeza, conseguido finalizar este trabalho, talvez ele pudesse até ser melhor do que é hoje e a minha nota poderia até ser maior.

Mas, para que me serviria um papel dizendo que estou aprovada se eu não tivesse vocês do meu lado para comemorar? De absolutamente nada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus não sou o que era antes”. (Marthin Luther King).

RESUMO

Os espaços livres desempenham importante função para as cidades, em relação ao meio social, cultural e funcional, sendo assim ele se torna indispensável à vida urbana, onde a população necessita de espaços para realizar atividades coletivas, de integração, circulação, recreação e lazer, entre outras. No bairro da Vila da Fábrica, em Camaragibe-PE, a maioria das atividades de recreação e convívio social são realizadas na Praça de Eventos e na Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes que apesar de serem muito utilizadas pela população local, estas encontram-se em mal estado de conservação.

Com o intuito de dar vida e organização a uma área de grande vocação pública, a proposta de requalificação paisagística da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da gruta Nossa Senhora de Lourdes e de seu entorno que inclui desde um bar e um terreno baldio até as principais vias de acesso e um canal, nada mais é do que o resultado da valorização da área em estudo, evidenciando seu potencial histórico, cultural, turístico e paisagístico, aliado às necessidades da população.

Palavras-Chaves: *Espaços livres públicos, praça de eventos, lazer, Vila da Fábrica, paisagismo, requalificação paisagística.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Praia de Camburi, Vitória – ES.....	27
Figura 02 – Parque do Ibirapuera.....	27
Figura 03 – Praça de eventos de Tabuleiro do Norte no Ceará.....	28
Figura 04 – Pátio de São Pedro	28
Figura 05 – Largo da Lapa no Rio de Janeiro	29
Figura 06 – Jardim de Butchart na Columbia Britânica	29
Figura 07 – Quadra do Parque Costa Azul, Salvador.....	30
Figura 08 – Quadra poliesportiva.	30
Figura 09 – Ipê roxo.....	41
Figura 10 – Flamboyant.....	41
Figura 11 – Jacarandá.....	41
Figura 12 – Cheflera.....	42
Figura 13 – Hibiscus rosa.....	42
Figura 14 – Dracena vermelha.	42
Figura 15 – Barba Branca.....	42
Figura 16 – Heliconia Papagaio.....	42
Figura 17 – Grama Esmeralda.	43
Figura 18 – Grama Preta.	43
Figura 19 – Areca Bambu.....	43
Figura 20 – Coqueiro.....	43
Figura 21 – Palmeira Imperial.....	43
Figura 22 – Piso de concreto.....	45
Figura 23 – Piso de concreto imitando desenhos de pedra.....	45
Figura 24 – Piso em terra batida na Praça de Casa Forte.....	45
Figura 25 – Calçadão de Copacabana em Pedra Portuguesa.....	46
Figura 26 – Piso em bloco de concreto intertravado.....	46
Figura 27 – Piso em bloco de concreto sextavado.	46
Figura 28 – Cobograma.	46
Figura 29 – Sentada num banco de praça.	49
Figura 30 – Parque dona Lindu.	49

Figura 31 – Praça com mesa e bancos.	49
Figura 32 – Praça Diário Sales - SC.	49
Figura 33 – Canteiros da Praça de Casa Forte.	49
Figura 34 – Gradil da Praça Tiradentes - MG.	49
Figura 35 – Deusa Juno na Praça da República.	50
Figura 36 – Mauricio de Nassau na Praça da República.	50
Figura 37 – Coleta seletiva.	50
Figura 38 – Lixeiras em Paris - França.	50
Figura 39 – Brinquedos em concreto.	51
Figura 40 – Brinquedos em madeira no Parque Dona Lindu.	51
Figura 41 – Brinquedo em aço	51
Figura 42 – Balanço em pneu usado.	51
Figura 43 – Localização do Parque Dona Lindu.	54
Figura 44 – Monumento aos retirantes.	55
Figura 45 – O parque e seu entorno.	55
Figura 46 – Parque Dona Lindu.	56
Figura 47 – Entrada do Parque Dona Lindu.	56
Figura 48 – Foto montagem do parque Dona Lindu.	56
Figura 49 – Projeto do Parque Dona Lindu.	57
Figura 50 – Teatro Luiz Mendonça.	58
Figura 51 – Galeria Janete Costa.	58
Figura 52 – Restaurante.	58
Figura 53 – Posto de informações.	58
Figura 54 – Skate no Parque Dona Lindu.	59
Figura 55 – Academia do Parque Dona Lindu.	59
Figura 56 – Quadra poliesportiva.	59
Figura 57 – Pérgula semicoberta.	59
Figura 58 – Estacionamento.	60
Figura 59 – Vendedores ambulantes no parque.	60
Figura 60 – Parque infantil – 2 a 4 anos.	60
Figura 61 – Parque infantil – vista noturna	60
Figura 62 – Árvores no Parque Dona Lindu.	61
Figura 63 – Vista frontal do Parque Dona Lindu.	61
Figura 64 – Localização da Praça de Eventos de Cruz de Rebouças.	62

Figura 65 – Vista da Rua Luciano Paiva de Souza.	63
Figura 66 – Zoneamento básico da Praça de Eventos de Cruz de Rebouças.	64
Figura 67 – Entrada da área gastronômica.	64
Figura 68 – Bares e lanchonetes na praça de Cruz.	64
Figura 69 – Área dos quiosques.	65
Figura 70 – Coberta para barracas móveis.	65
Figura 71 – Quadra poliesportiva.	65
Figura 72 – Quadra na praça de Cruz de Rebouças.	65
Figura 73 – Circulação na Praça de Cruz.	65
Figura 74 – Túnel de árvores na pista de cooper.	65
Figura 75 – Playground 01.	66
Figura 76 – Playground 02.	66
Figura 77 – Pátio de eventos.	66
Figura 78 – Visão geral do pátio de eventos.	66
Figura 79 – Espaço da boa idade na Praça de Cruz de Rebouças.	67
Figura 80 – Espaço da boa idade.	67
Figura 81 – Anfiteatro na Praça de Cruz.	67
Figura 82 – O anfiteatro e o Playground 2 ao fundo.	67
Figura 83 – O descampado para o palco móvel.	68
Figura 84 – Usuários de droga na praça.	68
Figura 85 – O bairro do Recife antigo e a Praça do Marco Zero.	69
Figura 86 – Mapa do Recife Antigo.	70
Figura 87 – Vista panorâmica da paisagem na Praça do Marco Zero.	71
Figura 88 – Praça do Rio Branco, antes da intervenção.	72
Figura 89 – A nova Praça do Rio Branco.	72
Figura 90 – Vista de cima da Praça do Marco Zero.	73
Figura 91 – O marco zero de Pernambuco.	73
Figura 92 – O Parque das Esculturas visto da Praça do Marco Zero.	73
Figura 93 – A paisagem do Recife na Praça do Marco Zero.	73
Figura 94 – A Praça do Marco Zero e o Museu ao fundo.	74
Figura 95 – Museu na Praça do Marco Zero.	74
Figura 96 – O Rio Capibaribe e a Praça.	74
Figura 97 – O peitoril da Praça do Marco Zero.	74
Figura 98 – A Praça do Marco Zero.	75

Figura 99 – Carnaval multicultural do Recife 2011.	75
Figura 100 – Carnaval multicultural do Recife 2012.	75
Figura 101 – O Marco Zero em festa.	76
Figura 102 – Mapa de situação de Camaragibe.	79
Figura 103 – Mapa das RPA's de Camaragibe.	80
Figura 104 – Avenida Belmiro Correia.	81
Figura 105 – Mercado municipal de Camaragibe.	81
Figura 106 – Casa de Maria Amazonas.	81
Figura 107 – Fábrica de Tecidos de Camaragibe.	82
Figura 108 – Retrato antigo da Fábrica de Tecidos.	82
Figura 109 – Perímetro do bairro da Vila da Fábrica.	83
Figura 110 – Mapa de localização do sítio histórico da Vila da Fábrica.	84
Figura 111 – Antiga Vila Operaria de Camaragibe.	85
Figura 112 – Fontes de Água na Vila Operaria de Camaragibe.	85
Figura 113 – A república dos solteiros na Vila da Fábrica.	85
Figura 114 – Encosta do Rio Camaragibe.	86
Figura 115 – Casas nas margens do Rio Camaragibe.	86
Figura 116 – Assentamento irregular na Vila da Fábrica.	86
Figura 117 – Sobrados da Vila da Fábrica.	87
Figura 118 – Casas descaracterizadas.	87
Figura 119 – Tapeçaria da Vila da Fábrica.	88
Figura 120 – Antiga república dos solteiros.	88
Figura 121 – Escola Pierre Collier.	88
Figura 122 – Clube Guarani.	88
Figura 123 – Gruta Nossa Senhora De Lourdes no Sec. XIX.	89
Figura 124 – Pedra original da Gruta de Loudes.	89
Figura 125 – Planta do uso e ocupação do solo no sítio histórico da Vila da Fábrica.	89
Figura 126 – Zoneamento urbano da Vila da Fábrica.	90
Figura 127 – Requisitos de estacionamento.	91
Figura 128 – Condições de parcelamento e ocupação do solo para as zonas especiais.	92
Figura 129 – Delimitação da proposta.	93
Figura 130 – Pórtico de entrada da Vila da fábrica.	94
Figura 131 – Piso degradado no pátio de eventos.	94

Figura 132 – Quadra de futsal improvisada.	95
Figura 133 – Pátio de eventos.	95
Figura 134 – Vista da Rua Carlos Alberto de Menezes.	95
Figura 135 – Rua Carlos Alberto de Menezes.	95
Figura 136 – Gramado na lateral da Praça de Eventos.	96
Figura 137 – Praça de Eventos da Vila da Fábrica.	96
Figura 138 – Gramado da Praça de Eventos.	96
Figura 139 – Canal na lateral da Praça de Eventos.	96
Figura 140 – Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	97
Figura 141 – Praça da gruta.	97
Figura 142 – Praça da gruta.	97
Figura 143 – Praça da gruta.	97
Figura 144 – Terreno baldio.	97
Figura 145 – Terreno baldio.	97
Figura 146 – Vista de frente do Bar da Macaxeira.	98
Figura 147 – Bar da Macaxeira.	98
Figura 148 – Gráfico dos maiores problemas da vila.	99
Figura 149 – Gráfico das áreas de lazer da vila.	100
Figura 150 – Gráfico das opções de lazer sugeridas.	101
Figura 151 – Gráfico das atividades sugeridas para a Praça de Eventos.	101
Figura 152 – Programa existente e programa proposto.	103
Figura 153 – Estudo preliminar de zoneamento da proposta.	104
Figura 154 – Organograma para o Pátio de Eventos.	105
Figura 155 – Fluxograma para o Pátio de Eventos.	105
Figura 156 – Estudo de insolação.	106
Figura 157 – Estudo de ventilação.	106
Figura 158 – Sombreiro.	110
Figura 159 – Coração de Negro.	110
Figura 160 – Brasileirinho.	110
Figura 161 – Ipê Roxo.	111
Figura 162 – Ipê Amarelo.	111
Figura 163 – Flanboyant.	111
Figura 164 – Palmeira Areca.	112
Figura 165 – Palmeira Imperial.	112

Figura 166 – Pingo de Ouro	113
Figura 167 – Roxinho	113
Figura 168 – Ixora Vermelha	113
Figura 169 – Viuvinha.....	114
Figura 170 – Herinha.....	114
Figura 171 – Grama Esmeralda	114
Figura 172 – Lixeira coleta seletiva	115
Figura 173 – Lixeira de concreto	115
Figura 174 – Banqueta módulo curvo.....	115
Figura 175 – Conjunto de mesa e bancos.....	116
Figura 176 – Banco de praça em concreto.....	116
Figura 177 – Mesa de piquenique e banco	116
Figura 178 – Pergolado em madeira	116
Figura 179 – Banco de praça em concreto.....	117
Figura 180 – Banco de praça em granilite.....	117
Figura 181 – Grelha de árvore em ferro fundido.....	117
Figura 182 – Gelo baiano de concreto	117
Figura 183 – Orelhão público	118
Figura 184 – Playground em madeira	118
Figura 185 – Bloco de concreto intertravado.....	118
Figura 186 – Bloco de concreto intertravado vermelho	118
Figura 187 – Bloco de concreto sextavado	119
Figura 188 – Piso em pedra natural Miracema.....	119
Figura 189 – Mosaico em granito	119
Figura 190 – Piso em concreto liso pintado.....	119
Figura 191 – Piso em granilite cinza.....	120
Figura 192 – Sistema de irrigação por aspersão	120
Figura 193 – Luminária de luz indireta	120
Figura 194 – Luminária de piso	120
Figura 195 – Balizador vivara Philips	121
Figura 196 – Refletor para árvores.....	121
Figura 197 – Poste decorativo.....	121
Figura 198 – Poste duplo.....	121

QUADROS

Quadro 01 – Conhecer exaustivamente a área onde se vai intervir	34
Quadro 02 – Compreender a necessidade urbanística	35
Quadro 03 – Analisar as características do entorno	35
Quadro 04 – Considerar a evolução urbana da praça	36
Quadro 05 – Avaliar as funções existentes e potenciais da praça	36
Quadro 06 – Identificar quem é o usuário da praça	37
Quadro 07 – Investigar a dimensão simbólica do lugar	37
Quadro 08 – Quadro de áreas do Parque Dona Lindu.	57
Quadro 09 – Análise comparativa dos estudos de caso.	76
Quadro 10 – Análise comparativa dos programas de cada caso.	77
Quadro 11 – Subdivisão das RPA's de Camaragibe.	80
Quadro 12 – Quadro de áreas da proposta.	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A CONSERVAÇÃO E A PAISAGEM DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE RECREAÇÃO	21
1.1 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	21
1.1.1 Conservação Urbana Integrada	21
1.1.2 Operações de preservação	23
1.2 ESPAÇO LIVRE PÚBLICO	24
1.2.1 Tipologia e funções dos espaços livres públicos	26
1.2.2 As praças como espaço livre público de recreação	30
1.2.3 Diretrizes gerais de Intervenção no espaço livre público	34
1.3 O PAISAGISMO NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	39
1.3.1 Vegetação	40
1.3.2 Piso	44
1.3.3 Iluminação	47
1.3.4 Mobiliário urbano	48
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO	53
2.1 PARQUE DONA LINDU, EM RECIFE – PE	53
2.1.1 Análise do contexto urbano	53
2.1.2 Partido do projeto	56
2.1.3 Programa	57
2.1.4 Pontos positivos e negativos	60
2.2 PRAÇA DE EVENTOS DE CRUZ DE REBOUÇAS, EM IGARASSU - PE	62
2.2.1 Análise do contexto urbano	62
2.2.2 Programa	62
2.2.3 Pontos positivos e negativos	67
2.3 PRAÇA DO MARCO ZERO NO RECIFE - PE	69
2.3.1 Análise do contexto urbano	70
2.3.2 Partido do projeto	71

2.3.3 Programa	73
2.3.4 Pontos positivos e negativos.....	75
2.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO	76
CAPITULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	79
3.1 EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICIPIO DE CAMARAGIBE.....	79
3.2 A VILA DA FÁBRICA.....	83
3.3 LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS.....	90
3.4 DESCRIÇÃO E DIMENSÕES DA ÁREA A SER REVITALIZADA	93
3.4.1 O olhar da população.....	98
CAPITULO 4 – REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA	102
4.1 ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS	102
4.1.1 Programa de necessidades	102
4.1.2 Zoneamento básico	103
4.1.3 Organograma e fluxograma	104
4.1.4 Estudo de insolação e ventilação.....	105
4.2 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	106
4.3 MEMORIAL JUSTIFICATIVO.....	108
4.4 MEMORIAL BOTÂNICO.....	110
4.5 MEMORIAL DESCRITIVO	115
4.6 APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ANTEPROJETO PAISAGÍSTICO	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS	128



INTRODUÇÃO

Os espaços livres desempenham importante função para as cidades, em relação ao meio social, cultural e funcional, sendo assim ele se torna indispensável à vida urbana, onde a população necessita de espaços para realizar atividades coletivas, de integração, circulação, recreação e lazer, entre outras. Portanto tais espaços tem um importante papel no meio urbano, e se divide em: espaços livres de circulação, espaços livres de recreação e espaços livres de equilíbrio ambiental. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

O espaço livre público de circulação diz respeito às ruas, avenidas, vias e calçadas que tem como principal função a passagem dos usuários de um canto a outro dentro do tecido urbano. Já o espaço livre público de recreação engloba parques, praças, jardins, faixa de praia e todos os ambientes públicos e livres destinados ao lazer da população. E por fim os espaços livres de equilíbrio ambiental, diz respeito aos zoológicos, hortos, cemitérios, campi universitários e as unidades de conservação.

Praças são espaços livres públicos de recreação que tem como principal característica propiciar áreas de lazer, descanso, contemplação e encontros, tendo como principal função garantir um convívio de usuários de diferentes classes sociais, e com isso sua socialização. No bairro da Vila da Fábrica¹, em Camaragibe-PE, a maioria das atividades de recreação e convívio social são realizadas na Praça de Eventos e na Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes que apesar de se encontrarem muito próximas, separadas apenas por uma via de circulação, são ambientes totalmente distintos, como veremos no decorrer deste trabalho.

A Praça de Eventos tem como função abrigar as festividades públicas do município, tais como as festas de Natal, São João, os desfiles dos blocos de rua e das escolas de samba no carnaval, os encontros políticos, como os debates e passeatas, e até mesmo as festividades de cunho religioso. Além disto, ela também é utilizada para a

¹ Vila da Fábrica: Considerada a vila operária mais antiga da América Latina, a Vila da Fábrica foi fundada no final do século XIX, por seu idealizador Carlos Alberto de Menezes, dono da Fábrica de Tecidos Ciper.



prática de esportes, como os jogos de futsal, e para as brincadeiras infantis, apesar de não possuir nenhum mobiliário adequado.

Sua localização se dá em um espaço privilegiado, em frente à antiga Fábrica de Tecidos da Braspérola², ela é considerada a porta de entrada da Vila Operária, tem seu principal acesso ligado com o corredor da folia de Camaragibe e ainda contempla, num terreno em sua frente, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes construída no século XIX, como um forte atrativo turístico. Além de estar inteiramente ligada com a cultura local, possui uma forte herança histórica, devido ao seu surgimento em conjunto com a Vila Operária¹ da Fábrica de Têxteis de Camaragibe.

Apesar de possuir todos esses pontos positivos este espaço livre público encontra-se em mal estado de conservação. Seu retrato atual mostra o quanto está em decadência, à mesma não possui nenhum tipo de mobiliário urbano, a iluminação pública da área é inadequada, o que só faz aumentar a violência no local. Quanto à estrutura físico-natural percebe-se uma grande área impermeabilizada por uma parte em piso cimentado e outra com paralelepípedos, esta área tem pouquíssima vegetação, fazendo com que a aridez no local seja muito forte, o pouco que sobra de área verde encontra-se na beira do canal que margeia um dos lados da Praça de Eventos, e no outro lado da rua, dentro da praça de acolhida da gruta.

O espaço livre público em questão é uma área que apesar de estar em baixa qualidade de conservação ainda é utilizada, talvez por ser a única área de lazer e eventos do bairro, mas por não transmitir qualidade aos seus usuários a praça precisa ser requalificada. Para tanto esta pesquisa justifica-se porque vai devolver a população um espaço livre público de lazer e eventos que pouco a pouco estava perdendo seu valor devido à falta de interesse do poder público que talvez não reconheça ali um espaço com grande potencial social, cultural e turístico. Como consequência desse descaso, falta um projeto adequado, um tratamento paisagístico da área, com novos usos, manutenção e atrativos.

² Indústria Braspérola: antiga Fábrica de Tecidos da Ciper.



Com o intuito de dar vida e organização a uma área de grande vocação pública, a proposta de revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da gruta Nossa Senhora de Lourdes e de seu entorno que inclui desde um bar e um terreno baldio até as principais vias de acesso e um canal, nada mais é do que o resultado da valorização da área em estudo, evidenciando seu potencial histórico, cultural, turístico e paisagístico, aliado às necessidades da população.

É preciso levar em conta que a praça não é só mais uma área a ser preservada, mas um dos únicos espaços livres públicos de Camaragibe com uma área para realização de eventos populares e festas culturais e para tanto se torna necessário que o espaço em questão ofereça atrativos com qualidade tanto para a população local que o utiliza quanto para as pessoas que vem de fora. Sendo assim, o resultado desta requalificação paisagística tratará todo o conjunto de espaços livres como uma unidade, não existirá mais duas praças separadas por um entorno desvalorizado, mas sim um único espaço com qualidade para realizações de atividades de lazer, descanso e eventos.

Esta pesquisa tem como objetivo central desenvolver uma proposta de revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e de seu entorno.

O método adotado para alcançar o objetivo proposto neste trabalho acadêmico contempla primeiramente o conhecimento e caracterização da área a ser trabalhada, seguida pela montagem de um referencial teórico a partir de pesquisas bibliográficas, e pela análise de estudos de caso que serão feitas a partir de visitas in loco e levantamento de dados sobre os mesmos. Tudo isto no intuito de formular diretrizes para intervenção no espaço livre público em questão que resultarão na realização de um anteprojeto paisagístico para a Área de Eventos e Lazer. Todas estas etapas foram organizadas nos seguintes capítulos:

No capítulo 01 encontra-se um referencial teórico onde se buscou responder as questões referentes ao tema proposto. Nesse caso, a temática dos espaços livres públicos e ainda a conservação urbana integrada, visto que a praça a ser revitalizada se localiza numa área preservação histórica, dentro do contexto dos



espaços livres públicos também são abordadas questões sobre o tratamento da paisagem e diretrizes gerais de intervenções.

O capítulo 02 mostra a análise de quatro estudos de casos de parques ou praças de eventos que mais se aproximem do objeto de estudo, são eles: o Parque Dona Lindu no Recife, a Praça de Eventos de Cruz de Rebouças em Igarassu e a Praça do Marco zero no Recife Antigo.

Em seguida, o capítulo 03 explana sobre o objeto de estudo, através da caracterização da área a ser trabalhada. Esta caracterização foi montada a partir de visitas in loco, entrevistas com usuários, busca de dados na prefeitura do município, levantamento fotográfico e planialtimétrico, estudos da legislação específica e ainda uma abordagem teórica sobre a evolução urbana.

O capítulo 04 contempla a abordagem das etapas pré-projetuais composta pelo programa de necessidades, o estudo de insolação e ventilação, o organograma, fluxograma e o zoneamento do programa adotado, seguida pela formulação de diretrizes para a revitalização da área, e por fim, a organização do anteprojeto paisagístico do Parque de Eventos e Lazer Carlos Alberto de Menezes.

Por fim, nas considerações finais foi feito um fechamento do trabalho a partir de comentários relacionados ao resultado final da pesquisa, baseado nos fatores relevantes em relação a revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno.



CAPÍTULO 1 - A CONSERVAÇÃO E A PAISAGEM DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.

O presente capítulo corresponde ao embasamento teórico da pesquisa, onde é abordado conceitos que visam um maior entendimento na área do espaço livre público de recreação visto que o objetivo geral deste trabalho trata-se de uma revitalização numa praça de eventos, para tanto também é importante compreender conceitos de paisagismo. Vale salientar que a área a ser revitalizada está inserida num contexto urbano de preservação patrimonial, por este motivo uma base teórica sobre conservação urbana integrada é fundamental.

1.1 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

O objeto de estudo trata-se de um espaço público de lazer inserido numa zona de preservação histórica e patrimonial, que mesmo não apresentando nenhum resquício de uma praça histórica deve ter seu projeto de requalificação embasado teoricamente nos conceitos de preservação e conservação devido a forte herança patrimonial de seu entorno, para tanto se faz necessário compreender os conceitos de conservação urbana integrada e entender as operações de preservação com o intuito de não agredir a paisagem urbana em questão.

1.1.1 Conservação Urbana Integrada

Segundo Zancheti e Jokilehto (1995) conservação urbana integrada (CI) se refere a uma estrutura de planejamento e de ações de gestão numa área urbana existente com a finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável mediante a manutenção das características significativas das estruturas físicas e sociais do assentamento e do seu território e sua integração com novos e compatíveis usos e funções.

A CI teve origem no modernismo progressista da Itália em meados dos anos 70, a partir da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha. Nessa cidade as primeiras aplicações da conservação integrada teve um grande cunho social, iniciou-se nos bairros mais populares com a proposta de recuperar as



residências e estrutura urbana para o uso dos habitantes locais (ZANCHETI E JOKILEHTO, 1995).

A conservação integrada é alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta das funções apropriadas. No curso da história, os corações das cidades e algumas vezes de vilarejos foram deixados a se deteriorar e se tornaram áreas de habitação de baixo nível. Sua restauração precisa ser feita com um espírito de justiça social e sem levar a expulsão dos mais pobres. (JOKILEHTO, 2002, p.11)

A partir do sucesso da experiência de Bolonha, outras cidades passaram a revitalizar seus centros históricos buscando os princípios básicos da Conservação Integrada, tais princípios foram expressos na Declaração de Amsterdã no ano de 1975, sistematizados a partir da influência dos idealizadores de Bolonha, estes podem ser resumidos abaixo:

- O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna;
- A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial;
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas;
- Dever ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro. (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. ET AL. ZANCHETI, 2000, p.04).

A declaração de Amsterdã foi uma das primeiras cartas patrimoniais a tratar o patrimônio arquitetônico não só como os nossos monumentos, incluindo também os sítios de edificações menos importantes nas cidades e vilas antigas, tal patrimônio, pelo fato de serem menos importantes que os edifícios antigos monumentais, se encontram em um estado mais fragilizado, mais susceptível aos perigos da intervenção do homem, e a conservação integrada surgiu para afastar esses perigos.



1.1.2 Operações de Preservação

Como esta pesquisa se propõe a revitalizar um espaço livre público, inserido numa área de preservação patrimonial, buscou-se compreender os conceitos de salvaguarda, a partir das cartas patrimoniais, no intuito de tentar não cometer nenhum crime patrimonial, ou até mesmo uma agressão à paisagem urbana local.

Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. (CARTA DE NAIROBI, 1976, p.02).

A identificação consiste na análise do sítio levando em conta alguns dados genéricos como sua localização, dados cartoriais e jurídicos, informações sobre o meio físico, biológico e antrópico, pesquisas bibliográficas a fim de melhor identificar o significado histórico do local, pesquisa iconográfica e registros fotográficos, leitura do entorno, representação gráfica e entrevistas com moradores e usuários do lugar.

A partir da identificação deve ser feita sua conservação, que diz respeito a um conjunto de ações (recuperar, refazer ou restaurar), destinadas a prolongar o tempo de vida ou a manter a integridade física da edificação ou sítio. A melhor forma de conservação é a prevenção e manutenção com o intuito de manter o bem, construído ou natural, livre de deterioração, danos ou mudança (DELPHIN. 1999).

Porém quando o objeto de análise estiver em um estado de deterioração, onde a manutenção não mais adiantar, pode ser tomadas algumas atitudes, como a restituição, restauração ou revitalização, para que o mesmo possa reencontrar o seu valor. Tais operações são descritas abaixo:

Restituição: “É o conjunto de operações que visam recuperar as condições originais do bem cultural e do espírito da época, (...), só se empreende um trabalho de restituição quando se dispõe de sólidos fundamentos iconográficos” (DELPHIN, 1999, p.50).



Restauração: É a ação que tem como objetivo recuperar e reintegrar partes ou mesmo todos os elementos de um bem cultural móvel ou imóvel sendo necessário dispor de meios e informações para se subsidiar a proposta.

“Quando não se dispõe de meios e informações para restaurar um sítio, o agenciamento pode ser feito mediante um projeto contemporâneo e, portanto contrastante com o bem que pretende valorizar”, (DELPHIN, 1999, p.58), sendo assim a operação não será de restauração e sim de revitalização como veremos a seguir.

Revitalização: Diz respeito à restauração da paisagem, à reutilização de um bem observando aquilo que lhe é essencial, segundo a carta de Nairóbi (1976) é imprescindível manter as funções existentes e estabelecer novas de acordo com as necessidades dos usuários locais.

1.2 ESPAÇO LIVRE PÚBLICO

Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), o espaço urbano é definido como um conjunto de áreas edificadas por construções do tipo residencial, comercial, industrial, de serviço, de educação, saúde, recreação entre outras, e espaços livres com nula ou mínima proporção de elementos construtivos podendo ser as ruas, avenidas, calçadas, pátios, parques, praças, jardins, etc.

Na ótica do espaço urbano iremos estudar o conceito de espaço público, que segundo Leitão (2002) o relaciona na visão da filosofia, da sociologia e do urbanismo. Na primeira, defende a manifestação do raciocínio exercido através do discurso livre. Na sociologia, espaço público é definido como um local que exerce o papel de encontro entre diferentes grupos, os quais põem na prática as relações coletivas. E no urbanismo, a classificação de espaço público é caracterizada como áreas de uso comum, livremente ocupadas pelo conjunto de indivíduos residentes de uma cidade.

A autora ainda resume a expressão urbanística de espaço público sob três conceitos: a exterioridade, a acessibilidade e o significado.



Exterioridade – espaço que surge em oposição ao espaço privado e fechado/restrito da casa, o espaço público dele se diferencia por ser o espaço exterior, aberto/público, de uso comum, tanto no sentido simbólico, onde o espaço exterior, o espaço da rua, da praça, é o espaço da liberdade, onde tudo é possível viver.

Acessibilidade – é exatamente esta condição que, do ponto de vista territorial, caracteriza o espaço público. É graças a ela, ainda, que um determinado espaço, numa localização específica e definida, se torna, pelo uso que a acessibilidade viabiliza um espaço comum e, como tal, espaço público por definição.

Significado – espaços públicos costumam estar impregnados na memória, o que lhes garante um valor simbólico que extrapola em muito a sua função mais visível. Ruas e praças contêm história não apenas de importância individual, como não cessam de cantar os poetas, mas, sobretudo, de valor coletivo. São nesses espaços privilegiados que estão registrados os fatos urbanos que constituem uma cidade (LEITÃO, 2002 p.20).

Lynch apud Sá Carneiro e Mesquita (2000) considera os espaços livres como áreas que não possuem edificações tendo seu funcionamento sem discriminação, obstáculos ou proibições quanto ao uso, às autoras ainda complementam que os espaços livres são:

(...) áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com a presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 24).

Os espaços livres ainda podem ser classificados como: Espaços livres de domínio público, espaços livres de domínio privado e espaços livres de domínio público e/ou privado.

Os Espaços livres de domínio público podem ser nacional, estadual e municipal, são abertos à população permitindo-lhes o livre acesso (parques, praças, etc.); já os



espaços livres de domínio privado pertencem à pessoa física ou jurídica, e seu uso é limitado à família ou ao uso coletivo específico (quintais residenciais, condomínios, clubes sociais, pátios de escolas, etc.) e por fim os espaços livres de domínio público e/ou privado diz respeito às unidades de conservação, campi universitários, cemitérios e também os Shoppings que são abertos ao público em geral, mas tem um domínio privado. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).

1.2.1 Tipologia e função dos espaços livres públicos

“A diferença entre o conceito de espaço público e de espaço privado pode ser interpretada como espaços de vivência coletiva e individual”. De modo geral, pode-se dizer que uma área pública é aquela que pode ser acessada por todos a qualquer momento e a privada, é uma área com acesso a um determinado grupo ou pessoa, cabendo a este a sua manutenção e responsabilidade. (HERTZBERGER, 1999 apud BORGES, 2008 p. 43).

Como esta pesquisa se baseia nos espaços livres de domínio público será adotado seu conceito segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000) que o classifica de acordo com sua função primordial, dividindo-os em três categorias: os espaços livres públicos de equilíbrio ambiental, os espaços livres públicos de recreação e por fim os espaços livres públicos de circulação.

Os espaços livres públicos de equilíbrio ambiental, como o nome mesmo já diz, são os espaços livres com significativa concentração de maciço vegetal, muitas vezes com função de proteção dos ecossistemas naturais e equilíbrio ambiental. Alguns espaços de domínio privado também se enquadram nessa categoria quando possuem um interesse público, como é o caso de algumas unidades de conservação, ou até mesmo dos zoológicos/hortos. Este conjunto abrange as unidades de conservação, os cemitérios, os campi universitários e os espaços de valorização ambiental.

Os espaços livres públicos de recreação com função primordial de lazer e promover a integração entre diversos grupos sociais enquadram as faixas de praia, parques,



praças, pátios, largos, jardins, quadras polivalentes, entre outros. Adotaremos a definição de cada um deles segundo Sá Carneiro e Mesquita:

Faixa de Praia: É o espaço livre que se desenvolve na área litorânea, com vegetação predominante de coqueiro, podendo conter tanto equipamentos de esportes, quanto de lazer contemplativo. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 28).



FIGURA 1: Praia de Camburi, Vitória - ES.
FONTE: jardelguedes.blogspot.com/vitoria.

Parques: São espaços livres públicos com função predominante de recreação, tendo sua área total maior que uma quadra urbana, este apresenta componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – e também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000).



FIGURA 2: Parque do Ibirapuera.
FONTE: <https://theurbanearth.wordpress.com/tag/parque-do-ibirapuera>.



Praças: São espaços livres públicos com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, geralmente contem expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 29).



FIGURA 3: Praça de eventos de Tabuleiro do Norte no Ceará.

FONTE: http://pt.db-city.com/Brasil/Cear%C3%A1/Tabuleiro_do_Norte

Pátios: São espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, etc. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 29).



FIGURA 4: Pátio de São Pedro.

FONTE: www.overmundo.com.br/patio_de_sao_pedro



Largos: São os espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, entre outros. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 29).



FIGURA 5: Largo da Lapa no Rio de Janeiro

FONTE: Google imagens, 2012.

Jardins: São espaços livres públicos de contemplação que geralmente se estendem ao longo de rios e canais, contendo cobertura vegetal representativa sejam arbórea, arbustiva ou herbácea ou arranjo destes. (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 29).



FIGURA 6: Jardim de Butchart na Columbia Britânica.

FONTE: Google imagens, 2012.

Quadras polivalentes: São espaços livres destinados à prática de jogos, bastante utilizados pela população, geralmente nos bairros populares, com revestimento de piso e quase sempre dispendo de área circundante, propícia para o encontro e o estar (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p. 29).



FIGURA 7: Quadra do Parque Costa Azul, Salvador.

FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 8: Quadra poliesportiva.

FONTE: www.davialves.com.br/quadra_poli

Já os espaços livres de circulação designam as áreas de passagem, possibilitando a mobilidade urbana de pedestres e veículos entre o espaço público e o privado, são as ruas, avenidas, ciclovias, viadutos, calçadas, estacionamentos, entre outros.

Esta pesquisa trata da praça como espaço livre público, assim os espaços livres de equilíbrio ambiental e circulação não foram aprofundados, dando mais ênfase aos espaços livres de recreação, buscou-se a seguir explicar sobre as características principais que perduram as praças a fim de melhor concebê-la no espaço urbano.

1.2.2 As praças como espaço livre público de recreação

Para Robba e Macedo (2002, p. 17) praças são “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”, já Leitão (2002) define-as como espaços abertos, de uso comum imprescindível para a vida urbana graças ao papel que desempenham na sociedade que se inserem.

(...) espaços abertos de uso comum, elas foram ponto de encontro pessoal, local de reuniões públicas, espaços para realizações de espetáculos, local para execuções de condenados a morte, espaços cívicos destinados a realizações de discursos marcadamente políticos, espaços para contemplação de prédios públicos importantes, espaços onde se colocavam as estátuas e os monumentos, espaços verdes destinados ao lazer e a contemplação, etc. (LEITÃO, 2002, p. 21).

A praça, juntamente com as ruas, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos, tendo, desde o Brasil Colônia, desempenhando um papel



fundamental nas relações sociais. De simples terreiro a sofisticado jardim, de campo de pelada a centro esportivo, a praça é um ponto de convergência da população que a ela recorre para o lazer, para comerciar, trocar ideias, e ainda para encontros. Enfim, a praça é primordial para o desempenho da vida urbana ao ar livre (ROBBA E MACEDO, 2002).

No que diz respeito à função, cada praça tem sua especificidade definida pelo modo como cada sociedade vive em função do social e do tempo, devido ao fato de que cada época vivenciada implica novas necessidades, assim como o comportamento da sociedade perante o espaço livre público também muda. Um bom exemplo disto está no conceito das praças cívicas que no início do Brasil República era muito utilizada para o exercício do patriotismo, mas ao passar do tempo, perderam por completo sua função e hoje tem apenas um valor simbólico.

Assim como as praças cívicas foram perdendo espaço no meio urbano, a partir do século XIX foram surgindo os primeiros espaços livres públicos ajardinados, o que anteriormente fazia uma negação ao meio rural começou a ser visto como uma forma de amenizar o clima, trazendo áreas verdes para dentro do tecido urbano.

Além dos fatores tempo, necessidade e clima, Leitão (2002) indicam outros aspectos que definem a especificidade de uma praça, são eles: as características do entorno, o nível socioeconômico da população e a importância simbólica do lugar:

As Características do Entorno: o lugar onde a praça está inserida e seu raio de influência, além de definir a paisagem, expressa também as características que a torna única, com implicações importantes na função urbanística que esse espaço específico vai desempenhar (...) as praças que têm um entorno caracterizado por intenso fluxo de pessoas, sugerem a função de “sala de estar” e de encontro, enquanto áreas circundadas por residências podem indicar espaços destinados, principalmente, ao público infantil a aquele que já alcançou a terceira idade, cujo momento de vida permite à utilização mais frequente da praça localizada próxima a residência.

O Nível socioeconômico da população: as características socioeconômicas da população que utiliza um determinado espaço é outro indicador importante de especificidade de uma praça. Em áreas pobres, por exemplo, uma praça pode vir a suprir a necessidade de diversão de uma comunidade que, pela escassez de recursos financeiros, esteja impedida de desfrutar de outro tipo de lazer (...) nas áreas mais carentes a oferta de praças destinadas a prática de esportes pode contribuir para afastar os jovens da marginalidade (...) e oferecer uma oportunidade de extravasar a energia e a busca de realizações próprias da população juvenil.. em áreas onde a



população tem poder aquisitivo alto e uma prática de vida frequentemente sedentária, o caminhar pode se caracterizar como uma das principais funções de uma praça.

A importância simbólica: De natureza subjetiva, o que torna mais difícil perceber a função simbólica de uma praça pode ou deve ser menosprezada. Espaços simbólicos costumam ser reconhecidos graças à importância que têm tanto para a memória coletiva da cidade quanto para a vida pessoal, mesmo quando a população pouco se dá conta disso (LEITÃO, 2002 p. 26 - 27).

Ainda sobre as especificidades que definem cada praça, Robba e Macedo relacionam valores do tipo ambiental, funcional e estético que devem ser levados em consideração no momento de definir as funções das praças e espaços livres públicos, tais valores dizem respeito à:

Valores ambientais: melhoria na ventilação e aeração urbana; melhoria da insolação de áreas muito adensadas; ajuda no controle da temperatura; melhoria na drenagem das águas pluviais com superfícies permeáveis; proteção do solo contra a erosão e proteção e valorização dos mananciais de abastecimento, dos cursos d'água, lagos, represas contra contaminações e poluição.

Valores funcionais: os espaços livres públicos são uma das mais importantes opções de lazer urbano. Em determinados bairros, a praça pode ser a única opção de espaço recreativo para os habitantes. Apesar da enorme concorrência com outros espaços e atividades de lazer, o espaço livre atrai sempre mais e mais frequentadores.

Valores estéticos e simbólicos: os espaços livres também são simbolicamente importantes, pois se tornam objetos referenciais e cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua (...) são ainda objetos de embelezamento urbano, resgatando a imagem da natureza da cidade (ROBBA E MACEDO, 2002, p. 45).

Cada aspecto descrito anteriormente irá contribuir para definir as diversas funções das praças, que podem ser de estar, descanso, lazer, de esporte, contemplação, de festa, e além dessas funções de uso também é possível distingui-las por sua função urbanística, sendo o “papel que as praças desempenham não apenas para o usuário mas também na qualidade de vida que a cidade oferece aos seus cidadãos” (LEITÃO, 2002, p. 24).

Tais funções são descritas abaixo:

De estar – Espaços que a população usa para jogar dominó, conversar como amigos, rara passar o tempo.



De descanso – Espaços onde as pessoas param para descansar entre um e outro expediente, para proteger-se momentaneamente do clima tropical.

De lazer – Locais para onde a população se desloca para se divertir, para desfrutar do tempo livre, etc.

De esporte – Praças destinadas à prática de esportes.

De contemplação – Áreas as quais a população se destina com o objetivo principal de desfrutar da paisagem.

De festa – Onde acontecem celebrações populares tanto de caráter religioso quanto profano (LEITÃO, 2002, p. 23 - 24).

Como funções urbanísticas temos a praça ecológica, estética, educativa e psicológica:

Ecológica – espaços onde, graças à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada, promovem melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, da água e do solo.

Estético – são espaços que graças à qualidade estética do projeto, permitem a diversificação da paisagem construída e o embelezamento da cidade.

Educativa – são praças que oferecem como ambiente o desenvolvimento de atividades extraclasse e de programa de educação.

Psicológica – são espaços nos quais as pessoas, em contato com os elementos naturais dessas áreas, relaxam, funcionando com ambientes anti-estresse (LEITÃO, 2002, p. 25).

Vale ressaltar que cada praça pode desempenhar mais de uma das funções descritas acima, o importante é conhecer bem cada função e suas exigências a fim de se obter um maior certo no projeto evitando assim alguns equívocos como, por exemplo, a colocação de bancos sem encostos em praças com função principal de descanso, conversa e estar onde se exige equipamentos confortáveis.

A adequação das funções da praça ao projeto tem um efeito muito importante a fim de garantir o uso e apropriação da área pelos usuários, “uma vez que quanto mais a população usa um determinado espaço, quanto a maior frequência, menor é a oportunidade de depredação desses espaços,”(LEITÃO, 2002, p. 25) garantindo com isto que o projeto para o espaço público seja bem sucedido.



1.2.3 Diretrizes gerais de intervenção no espaço livre público

Com o intuito de melhor conceber o projeto de revitalização de um espaço livre público será adotado os princípios básicos de intervenção segundo Leitão.

A autora formula diretrizes de intervenção onde busca a execução dos seguintes passos: conhecer, muito bem, a área onde se vai intervir; compreender qual sua real necessidade urbanística; analisar as características de seu entorno; considerar sua evolução urbana; avaliar suas funções e seus potenciais; identificar os usuários do local; e por fim, investigar a dimensão simbólica do lugar. Tais diretrizes são descritas a seguir:

Conhecer, exaustivamente, a área onde se vai intervir: Com o intuito de deter o maior número possível de informações (visuais, cadastrais, históricas, topográficas, funcionais, afetivas, etc.) sobre a área em questão é preciso observar atentamente o local de modo que nada venha a surpreender o futuro projeto, para tanto é necessário, além das pesquisas de dados, fazer várias visitas a área, em dias e horários diferentes, a fim de melhor conhecer a apropriação da população ao ambiente que se pretende intervir. (LEITÃO, 2002)

QUADRO 1: Conhecer exaustivamente a área onde se vai intervir

O que conhecer ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Observar a área exaustivamente	Várias visitas em dias e horários alternados	Evitar projetos dissociados da função principal
Observar os tipos de atividades desenvolvidas	Fotografar os momentos diversos	Melhor atender as necessidades dos usuários
Levantar informações sobre o local	Levantamento de dados jurídicos, cadastrais e bibliográficos	Obter o máximo de informações relevantes que contribuam com o projeto

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Compreender a necessidade urbanística: Cada área tem sua própria necessidade urbanística específica, é preciso compreendê-las, tanto no que se refere às pessoas, quanto à cidade, a fim de melhor garantir o sucesso do projeto. (LEITÃO, 2002)



QUADRO 2: Compreender a necessidade urbanística

O que compreender ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Identificar a função principal do local	Observar o uso efetivo que as pessoas dão à área	Para minimizar tensões sociais
Investigar sua função no conjunto da cidade	Entrevistar especialistas e analisar o contexto urbano em que a praça se insere	A fim de oferecer uma melhor qualidade de vida aos usuários
Identificar os tipos de atividades que os usuários desempenham	Conversar com usuários e moradores do entorno	Evitar que o espaço se torne ocioso correspondendo às necessidades dos usuários

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Analisar as características do entorno: O entorno de uma praça sugere, assim como as especificidades do lugar, parte das principais funções que ela desempenha na vida urbana. Deste modo uma área marcada por residências sugere uma praça com função de lazer, de estar, e uma área cercada por vias de intenso tráfego indicam principalmente uma praça de passagem e encontros rápidos. (LEITÃO, 2002)

QUADRO 3: Analisar as características do entorno

O que analisar ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Identificar a ocupação do solo nas áreas vizinhas	Levantar o uso do solo das áreas próximas	Projetar sem considerar o entorno, implica desconsiderar informações relevantes para um projeto de qualidade
Observar o tipo de vegetação existente	Levantamento cadastral da vegetação existente	Garantir funcionalidade e melhor aproveitamento da área
Identificar de onde vem os usuários e sua relação com o sistema viário	Observar no local o uso dado à praça	Para melhor compreender a função urbanística da praça

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Considerar a evolução urbana da praça: A história do local é um elemento de extrema importância na hora de se fazer um projeto de revitalização, todos os elementos de natureza simbólica devem ser respeitados, visto que momentos



importantes para a memória coletiva tem um valor fundamental na vida das pessoas. (LEITÃO, 2002)

QUADRO 4: Considerar a evolução urbana da praça

O que considerar ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Conhecer a história do bairro em que se localiza a área	Levantar informações históricas e bibliográficas existentes	Para compreender elementos da memória coletiva e transmiti-las a gerações futuras
Levantar os projetos anteriores desenvolvidos para o local	Entrevistar especialistas e buscar dados antigos	Para enriquecer o projeto final
Estudar as razões que determinaram o partido adotado, no projeto inicial ou em reformas antigas	Identificar os elementos simbólicos existentes	Para compreender melhor o uso potencial da área

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Avaliar as funções existentes e potenciais da praça: Cada praça tem sua função diferenciada, é preciso identificar todas as funções e usos a fim de melhor definir o partido que irá seguir o projeto. (LEITÃO, 2002)

QUADRO 5: Avaliar as funções existentes e potenciais da praça

O que avaliar ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Levar em conta que cada espaço desempenha funções específicas para a população	Observar como as pessoas usam a praça	Para que o espaço projetado não se torne ocioso
Conhecer as características urbanísticas da área	Observar a frequência e o tempo médio de permanência dos usuários	Para promover a maior utilização possível de cada espaço projetado
Considerar o clima e a cultura local	Observar quais as atividades que se desenvolvem no local	A função que o espaço desempenha representa o elemento fundamental para o projeto

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Identificar quem é o usuário da praça: O usuário da praça em que se vai intervir, não é o mesmo de anos atrás quando ela foi concebida, portanto é preciso compreender o que mudou, qual é o perfil do usuário atual, e quais são as novas necessidades urbanísticas que o projeto precisa atender. “Hábitos adquiridos pela sociedade brasileira contemporânea, a exemplo da prática do lazer em shoppings,



além da questão da insegurança urbana, entre outros fatores, têm alterado o perfil do usuário do espaço público”. (LEITÃO, 2002, p.36)

QUADRO 6: Identificar quem é o usuário da praça

O que identificar ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Identificar o nível socioeconômico, a escolaridade e faixa etária dos usuários	Realizar pesquisas, observar o entorno e levantar dados censitários pertinentes	Para desenvolver projetos adequados ao perfil do usuário
Identificar as razões que o fazem utilizar a praça	Realizar entrevistas com diversos tipos de usuários	Porque o usuário é a peça fundamental do projeto, visto que é para ele que se projeta

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Investigar a dimensão simbólica do lugar: As praças representam mais do que um simples espaço físico, elas tem seu valor definido pela história, pelo que aconteceu no lugar anteriormente. “A dimensão simbólica de uma praça precisa ser considerada antes da intervenção, de modo a evitar equívocos de projeto difíceis de serem revistos”. (LEITÃO, 2002, p. 37)

QUADRO 7: Investigar a dimensão simbólica do lugar

O que investigar ?	Como fazer ?	Porque fazer ?
Conhecer a história da cidade e a evolução urbana da praça	Entrevistar especialistas em história da cidade	O símbolo pode definir o que uma praça tem de única, isto é, sua identidade urbanística
Conhecer os projetos anteriores desenvolvidos para o local	Entrevistar, sempre que possível, autores de projetos anteriores	Para diminuir a chance de polêmicas posteriores
Identificar os elementos efetivamente valorizados e integra-los ao projeto	Entrevistar pessoas e compreender o sentido e valor afetivo do lugar	Com o intuito de evitar projetos que não reflitam o valor afetivo que as pessoas dão ao local

FONTE: Autora da pesquisa, 2012, a partir de Leitão, 2002.

Ainda no contexto dos espaços livres públicos encontram-se os jardins históricos, que neste caso deve ter suas diretrizes de intervenções, diferentemente dos outros espaços livres, baseados em legislações legais de salvaguarda. No ano de 1981, o Comitê Internacional de Jardins Históricos e o International Committee on Monuments and Sites, ICOMOS elaboraram a Carta de Florença no intuito de estabelecer regras



específicas para tais jardins, se tornando assim um documento primordial para qualquer intervenção neste tipo de espaço livre.

A definição de jardim histórico, segundo a Carta de Florença:

Art. 1 - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Art. 5 – Expressão de relações estreitas entre a civilização e a natureza, lugar de deleite, apropriado à meditação e ao devaneio, o jardim toma assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um paraíso no sentido etimológico do termo, mas que dá testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente da originalidade de um criador. (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 01 - 02).

Segundo Delphin (1999), a intervenção em jardins históricos deve-se fazer anteceder pela definição de alguns conceitos básicos da teoria da conservação, fazendo-se necessária a busca pelos valores, pela integridade e autenticidade, pela proteção legal e estudos do entorno antes de se fazer qualquer proposta de intervenção.

Após análise completa do sítio a ser trabalhado se for constatado a falta de materiais em que se possa subsidiar a justificativa da proposta de conservação adotada, deve-se excluir o termo jardim histórico do objeto de estudo, e a proposta será feita a partir de um projeto contemporâneo a fim de evitar falso historicismo.

Art. 17 – Quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só se possuírem elementos conjeturais de seus estados sucessivos, não se poderá empreender uma restituição relevante da noção de jardim histórico. Os trabalhos que nesse caso, se inspirariam em formas tradicionais sobre o terreno de um jardim antigo, ou em lugar onde nenhum jardim tenha previamente existido, constituiriam, então, noções de evocação ou de criação, excluída qualquer qualificação de jardim histórico. (CARTA DE FLORENÇA, 1981, p. 03).

1.3 O PAISAGISMO NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS



O Paisagismo é muito mais que uma criação de jardins, trata-se de uma técnica de transformação da paisagem, que muitas vezes encontra-se degradada pela ação do tempo e do homem, necessitando assim ser restaurada. O paisagismo requer conhecimentos de botânica, ecologia, clima, arquitetura e bom gosto para equilibrar formas e cores, a fim de reconstruir uma paisagem natural, ou mesmo construir um cenário de paisagem. Mascaró define o conceito de paisagem como:

(...) um espaço aberto que se abrangem com um só olhar. A paisagem é entendida como uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerado antes de qualquer intervenção humana), no qual se escrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura, designada também como "*paisagem cultural*" (...) (MASCARÓ, 2008, p.15).

(...) A paisagem sofreu profundamente essa deteriorização e precisa ser tratada com especial sensibilidade. Ela necessita ser a protagonista novamente, sendo fundamental o papel que a vegetação desempenha nessa recuperação... As formas que compõem a paisagem, a natureza, deveriam ser aproveitadas para criar uma continuidade entre o espaço natural e o construído (...) (MASCARÓ, 2008, p.18).

Sá Carneiro (2002) relaciona o conceito de paisagem na visão da Universidade de Manchester (1976) como uma configuração espacial formada por atributos físicos naturais e artificiais resultante do processo histórico e da relação do homem com a natureza, onde diversos fatores de ordem social, econômica, psicológica e cultural interferem diariamente à novas mudanças.

No sentido de modificar a paisagem dos espaços livres públicos, o paisagismo deve privilegiar as áreas existentes tratando apenas os aspectos mal resolvidos, como a insolação, a aridez, e a falta de espaços para implantação de áreas de lazer. (MACEDO, 2003)

Um projeto paisagístico deve dispor de elementos naturais, biológicos e arquitetônicos para compor a paisagem. Dentre os elementos naturais estão composto o solo, a erosão e as pedras, a água e o clima, já os elementos biológicos dizem respeito às plantas, vegetações e animais, e os elementos arquitetônicos tratam-se das construções propriamente ditas, como as quadras, as vias de acesso, pergolados, cobertas, e até mesmo edificações.



1.3.1 Vegetação

A vegetação desempenha papel inestimável na vida urbana, além de transmitir a beleza à paisagem urbana, e tornar os ambientes públicos mais aconchegantes, ela é de muita importância para amenizar o calor e a aridez, proporcionando um maior conforto térmico para os usuários do espaço urbano. (LEITÃO, 2002)

Na hora de especificá-la como elemento de projeto, é preciso atenção as características de cada espécie, a necessidade de área para desenvolvimento das raízes e das copas em relação a largura das ruas e calçadas onde serão implantadas, à capacidade de resistência da espécie frente às adversidades climáticas e depredação, à frequência da manutenção, etc. (LEITÃO, 2002, p. 93)

Segundo Araújo (2008) é importante analisar alguns aspectos para se fazer um projeto paisagístico, são eles:

1. Considerar a arquitetura, manutenção, custo e usuário;
2. Fazer um estudo preliminar do terreno analisando o que já existe, a fim de determinar o que será ou não aproveitado no projeto. Verificar também a posição das instalações elétricas e hidráulicas existentes, assim como a posição do sol e a ventilação;
3. Fazer um mapeamento de incidência solar e sombreamento para a escolha adequada dos tipos de árvores;
4. Analisar o solo e seu composto orgânico;
5. Definir o tipo de irrigação e drenagem do terreno e,
6. Escolher as espécies observando o impacto causado pelo seu porte, sua morfologia e suas características.

As vegetações podem ser classificadas em arbóreas, arbustivas, herbáceas, forrações, palmáceas e ainda as espécies nativas, abaixo segue algumas especificações sobre elas.

Arbóreas: Tem importância fundamental para o ecossistema, além de propiciar sombreamento e diminuição da poluição sonora e do ar. São árvores de grande porte, caule lenhoso e cobertura vegetal superior bastante expressiva, devem ser



cuidadosamente estudadas antes dessem locadas nos ambientes urbanos, pois algumas espécies produzem frutos, cuja queda pode por em risco a vida do pedestre, e outras tem uma perda de folhas muito grande, o que pode aumentar a sujeira nos espaços livres públicos.

Como exemplo de vegetações arbóreas pode ser citado a Mangueira, que é uma árvore frutífera diferentemente do Ipê (figura 9), do Jacarandá (figura 11) e do Flamboyant (figura 10) que possuem flores em sua copa e são muito utilizadas em praças e parques.



FIGURA 9: Ipê roxo.
FONTE: Google imagens, 2011.



FIGURA 10: Flamboyant.
FONTE: Google imagens, 2011.



FIGURA 11: Jacarandá.
FONTE: Google imagens, 2012.

Arbustivas: As espécies arbustivas tem porte menor que as arbóreas e maior que as herbáceas. Possuem caule lenhoso e copa com folhagem e flores diversificadas,



podem ser utilizadas em calçadas, gramados ou canteiros desde que não venham a interferir a visão do observador. Abaixo se encontram algumas espécies arbustivas:



FIGURA 12: Cheflera.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 13: Hibiscus rosa.
FONTE: www.plantasonya.com.br/hibiscus

Herbáceas: São plantas de pequeno porte, com caule lenhoso e diferentes formatos e cores de folhas e florações, dependendo da espécie, podem ser plantadas no sol ou na sombra, em canteiros, jardineiras ou gramados, tendo cuidado apenas com sua especificação em espaços livres públicos devido ao fato destas precisarem de irrigação diária e manutenção periódica.

Dentre os tipos de vegetações herbáceas encontram-se a Dracena (figura 14), a Barba Branca (figura 15) e a heliconia (figura 16), etc.



FIGURA 14: Dracena vermelha.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 15: Barba Branca.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 16: Heliconia Papagaio.
FONTE: Google imagens, 2012.

Forrações: como o nome já diz, são vegetações utilizadas para forrar canteiros, não possuem caule, são espécies rasteiras. Para escolher a grama mais adequada ao



projeto paisagístico e preciso levar em conta a iluminação do ambiente, o solo e a utilização prática da área. Abaixo, pode-se ver dois tipos de forrações, a grama esmeralda (figura 17) muito utilizada pela sua maciez e durabilidade, e a grama preta (figura 18) mais utilizada em ambientes sombreados.



FIGURA 17: Grama Esmeralda.

FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 18: Grama Preta.

FONTE: Google imagens, 2012.

Palmáceas: dentre as espécies palmáceas encontram-se as palmeiras (figura 21), arecas (figura 19) e os coqueiros (figura 20), apresentam variedade tanto na forma quanto na altura, são muito resistentes e possuem caule em forma de fuste. São utilizadas em alamedas para marcar acessos, separar espécies arbóreas e também para enfatizar a imponência do lugar.



FIGURA 19: Areca Bambu.

FONTE: Google imagens.



FIGURA 20: Coqueiro.

FONTE: Google imagens.



FIGURA 21: Palmeira Imperial.

FONTE: Google imagens, 2012.



Nativas: As vegetações nativas podem ser arbóreas, herbáceas ou arbustivas, são espécies que nascem espontaneamente, sem a interferência humana, em ruas, quintais, praças ou parques.

Em espaços livres públicos deve-se utilizar basicamente dois tipos de extratos vegetais: as árvores, que podem ser nativas, arbóreas, arbustivas e palmáceas, e as forrações, devido a simples manutenção, com o intuito de garantir a durabilidade do projeto.

Após analisados e definidos tais aspectos, com relação às espécies vegetais, deverão ser propostos outros tipos de elementos a fim de melhor integrar o usuário ao ambiente do espaço livre, tais elementos são: o tipo de piso, o mobiliário urbano e a iluminação que em conjunto com a vegetação são necessários ao programa de uma praça, visto que a mesma não poderá existir sem nenhum dos aspectos citados anteriormente.

1.3.2 Piso

Para escolha mais adequada do tipo do piso a ser utilizado deve-se levar em conta fatores importantes como o uso ao qual se destinará cada área em questão, seja para circulação, recreação, lazer infantil entre outras, assim poderá ser definido o melhor tipo para cada espaço, atentando sempre para a questão da permeabilidade haja vista que se você deixar toda a área impermeável poderá vim a ocorrer alagações futuras, além da excessiva aridez.

Nos espaços livres públicos os pisos podem ser em concreto, ou cimento queimado, de pedras, em areia ou terra batida, em blocos de concreto (Intertravados, sextavados, etc.) ou em tijoleiras, dependendo do uso a que o espaço se destinará. Segue informações básicas sobre alguns destes tipos:

Piso em Concreto: Ou piso de cimento (cimentado), é muito utilizado em calçadas devido a sua durabilidade, baixo custo e fácil manutenção, apesar disto seu uso não é aconselhado em praças ou parques públicos, principalmente em áreas destinadas



ao lazer infantil, por não ter uma paginação criativa denotando assim uma monotonia ao ambiente.



FIGURA 22: Piso de concreto.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 23: Piso de concreto imitando desenhos de pedra.
FONTE: Google imagens, 2012.

Terra batida: Este tipo de piso é ideal para ser utilizado em projetos com orçamento limitado, pois apresenta um baixo custo de implantação e fácil manutenção, além de contribuir com o meio ambiente por absorver a água das chuvas, facilitando a drenagem, e ser termicamente adequado ao nosso clima. Apesar de ser um material simples, se bem utilizada deixa o ambiente com um ar de beleza e rusticidade, como é o caso da Praça de Casa Forte (imagem 24) projetada por Burle Marx.



FIGURA 24: Piso em terra batida na Praça de Casa Forte.
FONTE: Google imagens, 2012.

Pedras: Possui resistência e durabilidade muito alta e apresenta fácil manutenção. Graças a grande variedade de texturas e cores obtêm-se bons efeitos estéticos com seu uso, é muito indicada em áreas de estar e em pátios de eventos, mas no caso da pedra portuguesa deve-se evitar seu uso em locais de caminhada ou destinados



à portadores de necessidades especiais no intuito de não dificultar a acessibilidade por sua textura irregular.



FIGURA 25: Calçada de Copacabana em Pedra Portuguesa.
FONTE: Google imagens, 2012.

Blocos: O piso em bloco de concreto, assim como o piso cimentado, é bastante resistente, tem uma durabilidade muito alta e fácil manutenção, além de dar beleza ao projeto, quando utilizado de forma criativa. Além dos blocos maciços, como os Intertravados (figura 26) e sextavados (figura 27), existem os blocos vazados, mais conhecidos como cobograma (figura 28).



FIGURA 26: Piso em bloco de concreto intertravado.
FONTE: www.glasser.com.br



FIGURA 27: Piso em bloco de concreto sextavado.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 28: Cobograma.
FONTE: Google imagens, 2012.

Tijoleira: Por ser um piso muito poroso, seu uso no espaço público não é aconselhável, apesar de ter um custo muito baixo de implantação torna-se caro, pois é pouco resistente, se desgasta facilmente devido a absorção de água e é de difícil manutenção.



1.3.3 Iluminação

Os espaços livres públicos devem dispor de dois tipos de iluminação: a natural proveniente da luz solar durante o dia e a artificial no período da noite, por meio de postes luminárias, refletores, etc. Deve-se evitar o uso excessivo de vegetação arbórea em um mesmo local pelo fato de impossibilitar a passagem da iluminação natural causando assim o sombreamento, ou até mesmo a escuridão, no período do dia.

A vegetação, imprescindível, interfere no desempenho luminoso do recinto urbano e de seus edifícios. Árvores de folhas caducas, adequadas para o subtropical úmido na estação fria, apresentam luz natural que variam entre 5% e 65%, segundo a espécie arbórea, sendo consideradas adequadas para a latitude – 30° as que bloqueiam a radiação solar até 20%. Para a região tropical, as árvores nativas de folhagem perene são as mais indicadas. (...) Na estação quente, a transmitância luminosa da maioria das espécies varia entre 5% e 10%, reduzindo significativamente a disponibilidade de luz natural nas janelas sombreadas pelas árvores, mas tornando habitável a cidade (MASCARÓ, 2006 a, p.43).

Além da iluminação natural, é preciso planejar bem a iluminação artificial de uma praça, responsável por manter boa a visibilidade noturna e até dar mais segurança para seus usuários. Para Mascaró (2006b, p. 21) “ilumina-se o ambiente a noite para alcançar certos objetivos sociais, que incluem segurança, apoio ao desenvolvimento, destaque às áreas históricas ou espaços verdes, ou para enviar mensagens”.

Segundo Jacobs (2007) as luzes ampliam o alcance da visão, ajudando a manter as pessoas atentas aos perigos da noite fazendo com que elas se sintam mais seguras, afirmando sua opinião Mascaró afirma que “ruas bem iluminadas se supõem que sejam seguras porque permitem ver melhor ou, talvez, desanimar os criminosos”. (MASCARÓ, 2006b, p. 22)

“A iluminação urbana noturna, assim, deve estar carregada de informações familiares para os usuários, facilitando o reconhecimento de seu território rapidamente, permitindo que ele se sinta seguro e agradado (quase que inconscientemente)” (MASCARÓ, 2006b, p. 24).

Com isto, ao se planejar a iluminação noturna de um espaço livre deve se levar em conta a visibilidade do usuário e sua segurança, o que faz da iluminação artificial um dos fatores primordiais para o sucesso do projeto, visto que a população não irá se apoderar da área se se sentir ameaçada dentro dela.



1.3.4 Mobiliário urbano

Segundo Leitão (2002), o mobiliário urbano se destina ao conjunto de móveis utilizados no espaço urbano com propósito de oferecer conforto e comodidade aos habitantes. O planejador deve tomar cuidado ao especificar o mobiliário, pois, assim como promovem conforto, podem vir a se tornar obstáculos, ou até mesmo banalização da paisagem, quando utilizados em excesso, para tanto deve-se considerar a localização, o entorno e o tipo de uso a que se destinará a fim de melhor projetá-los.

(...) o mobiliário urbano são objetos que equipam a cidade e contribui para a estética e para a funcionalidade dos espaços, da mesma forma que promove a segurança e o conforto dos usuários, merecendo a atenção dos planejadores preocupados com a qualificação do ambiente público, dos recintos urbanos, das vias de circulação, das praças e parques urbanos (...) (MASCARÓ, 2008, p. 153).

No conjunto dos mobiliários urbanos encontram-se os bancos, mesas e assentos, postes, gradis, os brinquedos infantis, esculturas e monumentos, jarros, bustos, lixeiras, telefones públicos, os equipamentos para a prática de esporte assim como traves de futebol ou pistas de skates também são considerados mobiliários em maior escala, pórticos, totens, chafariz, entre outros.

Bancos e mesas: Para Leitão (2002) os bancos devem atender a duas necessidades básicas nos espaços livres públicos: a de assento, destinados a uma maior permanência e por reste motivo devem ser mais confortáveis (figura 29); e a de composição da paisagem (figura 30) ficando nos locais de passagem dos pedestres onde as pessoas não tendem a permanecer por muito tempo neles.

As mesas em conjunto com os assentos são muito utilizadas para jogos de mesa ou até mesmo para piqueniques. As pessoas da terceira idade são os maiores adeptos dos espaços destinados a jogos de mesa, por este motivo eles devem ser acessíveis e confortáveis, para que elas possam permanecer por um longo período de tempo, além de sua localização que deve ser em áreas bastante sombreadas. Nas imagens abaixo percebe-se a utilização desses mobiliários.



FIGURA 29: Sentada num banco de praça.
FONTE: www.planetaeducacao.com.br.



FIGURA 30: Parque dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 31: Praça com mesa e bancos.
FONTE: www.studiodamata.com.br



FIGURA 32: Praça Diário Sales - SC.
FONTE: www.bemsul.com

Gradis: As grades ou cercas têm como função principal estabelecer um limite entre o fora e o dentro, além de oferecer proteção aos usuários e as plantas nos canteiros de jardins. Deve ser tomado muito cuidado com o excesso de grades para que não afastem os usuários, agindo como barreira dificultando o livre acesso. (Leitão 2002)



FIGURA 33: Canteiros da Praça de Casa Forte.
FONTE: www.flickr.com



FIGURA 34: Gradil da Praça Tiradentes - MG.
FONTE: <http://extra.globo.com>

Esculturas – monumentos e bustos: Como caracteriza Leitão (2002, p. 70), os bustos, monumentos e elementos escultóricos evocam a memória e história urbana



da cidade. São, portanto elementos de valorização efetiva e simbólica, assim, torna-se necessário que em um projeto de revitalização urbana e/ou paisagística eles sejam respeitados, do mesmo modo que para uma adição de um novo monumento escultórico seja necessário, antes de qualquer coisa, um estudo mais avançado sobre a percepção do usuário sobre o valor da memória dotada naquele lugar.



FIGURA 35: Deusa Juno na Praça da República.
FONTE: <http://axlnascimento.blogspot.com.br>



FIGURA 36: Mauricio de Nassau na Praça da República.
FONTE: <http://axlnascimento.blogspot.com.br>

Lixeiras: imprescindíveis no espaço público urbano podem ser feitas de plástico, fibra, concreto, ferro ou aço, desde que estejam harmonizadas com o ambiente, podem ser separadas cores em lugares que ofereçam a coleta seletiva e devem ser posicionadas em locais estratégicos, principalmente próximas a áreas onde existam quiosques ou barraquinhas de lanches.



FIGURA 37: Coleta seletiva.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 38: Lixeiras em Paris - França.
FONTE: <http://www.funverde.org.br>



Brinquedos infantis: Ou Playgrounds constituem mobiliários urbanos destinados ao lazer das crianças, por este motivo devem ter um cuidado especial ao serem projetados, além de serem bonitos e confortáveis, devem garantir a segurança aos seus pequenos usuários. Eles podem ser feitos em concreto (figura 39), madeira (figura 40), ferro e aço (figura 41) ou até mesmo em materiais reciclados (figura 42), desde que possuam formas criativas e cores variadas destacando o poder lúdico desses espaços.



FIGURA 39: Brinquedos em concreto.
FONTE: Google imagens, 2012.



FIGURA 40: Brinquedos em madeira no Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 41: Brinquedo em aço.
FONTE: Google imagens 2012.



FIGURA 42: Balanço em pneu usado.
FONTE: Google imagens, 2012.

Neste caso deve-se tomar bastante cuidado para se evitar o uso de arestas pontiagudas, superfícies cortantes ou até mesmo o uso de materiais com alta absorção de calor, como o aço, em locais ensolarados, pois estes podem vir a acarretar queimaduras nas crianças. (LEITÃO, 2002)



Vale salientar que os mobiliários descritos acima não são os únicos possíveis de se utilizar no espaço livre público. Fora estes ainda têm os postes, jarros de planta, equipamentos de esportes como quadras e pistas de skate, sem falar nos telefones públicos, pórticos, totens, placas de sinalização, fontes e chafarizes, enfim, há uma gama de mobiliários que podem ser utilizados em conjunto a fim de harmonizar e tornar passível de uso e aproveitamento as nossas praças. Por não ser objetivo desta pesquisa a caracterização de mobiliários urbanos é que não se deu o fato da descrição de todos eles, mas com toda certeza aparecerão no memorial descritivo do anteprojeto.

Em consequência, os conceitos apresentados neste capítulo, tanto sobre a conservação, quanto sobre os espaços públicos e o tratamento da paisagem a eles conferido, serão de grande importância para a referida pesquisa, no intuito de proporcionar um conhecimento teórico sobre o tema, a fim de auxiliar na compreensão da proposta elaborada.



CAPITULO 2 – ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo serão analisados quatro diferentes estudos de caso com a finalidade de identificar os problemas e as potencialidades dos mesmos, a fim de contribuir para o desenvolvimento da proposta sugerida por esta pesquisa. Neste caso, foram escolhidos o Parque Dona Lindu no Recife, a Praça de Eventos de Cruz de Rebouças no município de Igarassu e a Praça do Marco Zero.

A escolha de tais estudos de caso se deu no intuito de analisar áreas destinadas a eventos artísticos e culturais, assim os dois primeiros casos, sendo o parque Dona Lindu e a Praça de Eventos de Cruz de Rebouças, possuem um programa mais diversificado suprimindo outras demandas além da realização de eventos, já a Praça do Marco Zero, tem seu programa mais limitado conformando apenas o pátio de eventos.

2.1 PARQUE DONA LINDU, NO RECIFE – PE.

A escolha deste se deu pelo fato de ser um parque com uma concepção mais atual, sua contemporaneidade tem muito a contribuir com esta pesquisa no intuito de conhecer as formas, materiais, mobiliários e programa utilizado nele que por ventura não foram utilizados em projetos de espaços livres públicos de recreação mais antigos. Por ser tratar de um parque destinado à recreação, contemplação e realização de eventos, e pelo fato já citado, sua análise se torna indispensável a pesquisa.

2.1.1 Análise do contexto urbano

Localizado num bairro de classe alta da zona sul, na praia de boa viagem, entre as avenidas Boa viagem e Visconde de Jequitinhonha (figura 43), o Parque Dona Lindu foi construído em um terreno cedido pelo governo federal à prefeitura do Recife, o terreno com uma área de 27.166,68m², anteriormente pertencia à aeronáutica e, segundo a prefeitura do Recife, estava destinado à construção de mais espigões na orla da praia.



FIGURA 43: Localização do Parque Dona Lindu.

FONTE: Google maps, 2012.

As discussões sobre a construção de um parque naquela área começou no ano de 2004 quando a população local entregou um abaixo-assinado, com mais de 17 mil assinaturas, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo a cessão dos terrenos da aeronáutica para a construção do parque.

No ano de 2006 após apresentação da proposta do parque pelo prefeito do Recife, foi que o governo federal assinou o contrato de cessão dos terrenos. E neste mesmo ano o prefeito João Paulo, após reunião com o arquiteto Oscar Niemayer, anuncia que ele fará o projeto para o parque. Em 2008, o prefeito João Paulo, terminando seu último mandato, inaugura a primeira etapa do parque, e somente em março de 2011 as obras realmente terminam.

O Parque Dona Lindu recebeu este nome em homenagem a mãe do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, Eurídice Ferreira de Melo, a Dona Lindu, Pernambucana, mãe de oito filhos, retirantes da seca. Foi em homenagem a ela e a tantos outros retirantes, que fogem da seca em busca de uma vida melhor, que foi inserido, no parque uma obra de arte confeccionada pelo artista Abelardo da Hora, nomeado Monumento aos retirantes. (figura 44)



FIGURA 44: Monumento aos retirantes.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

De acordo com o plano diretor da cidade do Recife, o terreno onde hoje se localiza o Parque está inserido em uma zona de urbanização preferencial – ZUP 1, e poderia ser ocupado por edifícios que totalizariam 108.666,72m² de área construída, tendo apenas 25% de área verde, que resultaria em apenas 6.791,67m². Tal acontecimento iria provocar um impacto muito grande no trânsito local, sem falar na perda da paisagem e diminuição da ventilação.

Em seu entorno, além do mar, encontra-se uma grande variedade de espigões, que podem ser percebidos nas figuras abaixo a maneira como contrastam com a paisagem do parque, que além de servir para lazer da população contribui com o meio urbano, ajudando a quebrar com o mar de concreto feito pelos prédios.



FIGURA 45: O parque e seu entorno.

FONTE: http://www.recife.pe.gov.br/2012/04/14/mat_145077.php



FIGURA 46: Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 47: Entrada do Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

2.1.2 Partido do Projeto

O Parque Dona Lindu compreende duas edificações principais, o Teatro Luiz Mendonça e a Galeria Janete Costa, além de outras edificações secundárias e dos equipamentos de lazer. O partido pelo qual o arquiteto se apoiou na execução do projeto segue a mesma linha utilizada em vários de seus outros projetos, onde ele prioriza a imponência e expressividade arquitetônica, lançando duas edificações em uma ordem hierárquica, neste caso o teatro e a galeria, e ainda interliga ambas por meio de uma marquise, também utilizada em outras de suas obras.



FIGURA 48: Foto montagem do parque Dona Lindu.
FONTE: http://www.recife.pe.gov.br/2012/04/14/mat_145077.php.

Após definição e locação da arquitetura principal seguiu o agenciamento do restante do programa. O arquiteto em nada privilegiou a paisagem do mar, além do parque



estar todo por trás das edificações principais impossibilitando a contemplação da mesma, tanto o teatro quanto a galeria, que estão de frente para o mar, possuem fachada cega.

2.1.3 Programa



FIGURA 49: Projeto do Parque Dona Lindu.

FONTE: http://www.recife.pe.gov.br/2012/04/14/mat_145077.php.

O projeto de Niemayer (figura 15) inclui ciclovia, pista para cooper e skate(1), quadra poliesportiva(2), playground(3), academia, pátio de eventos(4), áreas para descanso e ginástica, teatro(5), pavilhão de exposições(6), restaurante(7), estacionamento(8), sanitários e central técnica distribuídos em uma área de 27.166,68m², como mostra o quadro de áreas abaixo.

QUADRO 08: Quadro de áreas do Parque Dona Lindu.

QUADRO DE ÁREAS – PARQUE DONA LINDU	
Área verde total – 60%	16.300,20
Área total construída	6.280,65
Área total do terreno	27.166,68
Teatro Luiz Mendonça	3.784,10
Galeria Janete Costa	1.491,50
Restaurante	347,95
Bilheteria / Posto de informações turísticas	207,45
Fraldário / Sanitários	78,50
Estacionamento	327 Vagas

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



O teatro Luiz Mendonça (figura 50), em conjunto com a galeria Janete Costa (figura 51), o restaurante (figura 52) e o posto de informações (figura 53) fazem parte do complexo arquitetônico principal do parque, todos interligados pela marquise de concreto. Percebe-se nas imagens abaixo que as duas edificações principais, o teatro e a galeria, não contemplam a paisagem do mar em seu partido, muito menos a ventilação e iluminação natural, visto que sua arquitetura é completamente fechada, as únicas aberturas existentes são das entradas.



FIGURA 50: Teatro Luiz Mendonça.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 51: Galeria Janete Costa.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 52: Restaurante.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 53: Posto de informações.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O Parque ainda conta com outros equipamentos, como a pista de skate (figura 54), bastante disputada entre os jovens, uma pista de Cooper, área de ginástica (figura 55) e quadra poliesportiva (figura 56) destinada à prática de esporte pelos jovens e adultos. Possui ainda uma área de descanso composto por uma pérgula semicoberta (figura 57), que há propósito não creio que proporcione descanso a



ninguém, pois o espaço não possui nenhum tipo de banco onde realmente as pessoas possam sentar para descansar, funcionando apenas como passagem.



FIGURA 54: Skate no Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 55: Academia do Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 56: Quadra poliesportiva.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 57: Pérgula semicoberta.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O estacionamento encontra-se entre as laterais e o fundo do parque e tem capacidade para 327 vagas com acesso principal feito lateralmente pela Rua Setúbal, nos dias de maior fluxo de pessoas no parque, esta área, assim como os caminhos de acesso e circulação, são praticamente invadidas por vendedores ambulantes, de lanches e brinquedos infantis, se tivesse sido planejado uma área destinada a esta atividade, tal fato não aconteceria desordenadamente, se teria um controle sobre a situação.



FIGURA 58: Estacionamento.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 59: Vendedores ambulantes no parque.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Por fim, destinado ao público infantil, o parque disponibiliza três playgrounds específicos a cada grupo de idade (2 a 4 anos, 5 a 8 anos e 9 a 12 anos), todos os brinquedos são em madeira, o que dar um ar mais ecológico ao ambiente, e encontram-se locados sob um piso natural, em caixa de areia e gramado, que trás maior conforto térmico e proteção aos usuários, tendo em vista que o risco a machucados em piso duro é maior, como o parque é novo todos os mobiliários encontram-se em bom estado de conservação.



FIGURA 60: Parque infantil – 2 a 4 anos.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 61: Parque infantil – vista noturna.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

2.1.4 Pontos positivos e negativos

Apesar de o parque ter sido construído em um terreno a beira mar, o arquiteto não incorporou nada da paisagem em seu projeto, quase todos os prédios, com exceção do restaurante que ainda possui um pano de vidro fumê na sua frente, apresentam



grandes fachadas cegas, sem falar que todo o restante da área de lazer externa se encontra nos fundos dos edifícios principais, negando assim, mais uma vez, a bela paisagem do mar.

Outro ponto negativo diz respeito à arborização, segundo a Prefeitura do Recife o parque tem 60% de área verde que além de gramado e areia, possui mais de 3mil espécimes vegetais, mas a maior parte do dia o que se percebe é a forte insolação da área, nas imagens abaixo pode-se ver claramente este fato. Nas visitas realizadas para levantamento de dados não foi feita nenhuma contagem, então nada pode ser dito com relação à quantidade, mas se esta informação for verídica não há duvida de que essas tantas espécimes foram mal escolhidas e distribuídas, haja vista que a maior parte das árvores presentes é de pequeno porte não contribuindo com áreas de sombreamento.



FIGURA 62: Árvores no Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 63: Vista frontal do Parque Dona Lindu.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Um ponto bastante positivo diz respeito à inovação nos materiais utilizados, principalmente o uso da madeira nos brinquedos infantis trazendo um ar contemporâneo ao parque. Outro ponto que vale a pena ressaltar é a questão da sinalização, neste parque todos os equipamentos possuem placas orientando o usuário.

Percebe-se com isto, que apesar de muitas críticas ao projeto, o parque tem se transformado em local de lazer para a população recifense, foi muito bem apropriado pela população local, e por ser uma obra do consagrado arquiteto brasileiro Oscar Niemayer vem se tornando um marco no estado pernambucano.



2.2 PRAÇA DE EVENTOS DE CRUZ DE REBOUÇAS, EM IGARASSU - PE.

2.2.1 Análise do contexto urbano

Localizada no bairro de Cruz de Rebouças, do município de Igarassu, na esquina da BR 101 norte com a Rua Luciano Paiva de Souza, a Praça de Eventos de Cruz de Rebouças surgiu da necessidade de se implantar uma área destinada à realização de eventos em massa no município.



FIGURA 64: Localização da Praça de Eventos de Cruz de Rebouças.

FONTE: Google maps, 2012.

A mais ou menos vinte e cinco anos atrás o espaço era um grande terreno baldio que foi ocupado irregularmente por pessoas que construíram seus barracos para morar e por alguns comerciantes que aproveitaram sua boa localização, em frente ao principal centro gastronômico do município (figura 65), para construir bares e lanchonetes. Nisto, os comerciantes locais começaram a se reunir para organizar festas naqueles locais, ao mesmo tempo em que a população já utilizava os descampados como campo de futebol, a prefeitura no intuito de legalizar toda aquela área deu a posse dos bares à seus donos, retirou as famílias transferindo-as para um conjunto habitacional próximo e construiu uma praça de eventos tão necessitada pelos habitantes do município.



FIGURA 65: Vista da Rua Luciano Paiva de Souza.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

2.2.2 Programa

Conforme um zoneamento básico da Praça de Eventos de Cruz de Rebouças desenvolvido pela autora da referida pesquisa (figura 66), a praça possui um programa bem diversificado distribuídos em cerca de 28.000m². Percebe-se que todos os equipamentos gastronômicos, como os bares e lanchonetes (figura 67 e 68), quiosques (figura 69) estão todos voltados para a Rua Luciano Paiva de Souza que, como já foi mencionado anteriormente, é o principal eixo de comércio gastronômico do bairro.

Toda a calçada voltada para esta rua possui um apoio coberto para as barraquinhas de lanches móveis que funcionam nas noites dos finais de semana, na figura 70 pode ser visto como as cobertas estão degradadas, pois desde quando foram construídas recebem poucos recursos para devida manutenção.



FIGURA 66: Zoneamento básico da Praça de Eventos de Cruz de Rebouças.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Abaixo pode ser visto a área dos bares e lanchonetes que tem movimento maior no período da noite, mas durante o dia é um ambiente muito agradável, bem arborizado e ventilado.



FIGURA 67: Entrada da área gastronômica.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 68: Bares e lanchonetes na praça de Cruz.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 69: Área dos quiosques.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 70: Coberta para barracas móveis.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

A praça contempla uma área para a prática de esportes, que além de uma pista de cooper com piso cimentado bastante sombreada (figura 73 e 74), tem duas quadras poliesportivas (figura 71 e 72).



FIGURA 71: Quadra poliesportiva.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 72: Quadra na praça de Cruz de Rebouças.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 73: Circulação na Praça de Cruz.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 74: Túnel de árvores na pista de cooper.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



Abaixo percebe-se o playground com brinquedos em concreto, assentado sob caixa de areia. A área em que eles estão inseridos é bastante arborizada, mas possuem alguns pontos insolados.



FIGURA 75: Playground 01.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 76: Playground 02.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O pátio de eventos em piso cimentado, é utilizado apenas em dias de festa para colocação de parques infantis e barracas móveis, talvez pelo fato de ser um espaço com muita insolação esta área está sempre vazia no período da manhã.



FIGURA 77: Pátio de eventos.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 78: Visão geral do pátio de eventos.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O espaço da boa idade contempla uma área destinada ao público da terceira idade, é praticamente uma ilha de árvores no meio do pátio insulado, é a área mais utilizada da praça por todas as faixas etárias, independentemente do dia ou horário,



possui mobiliário urbano de mesas e bancos para jogos de damas, cartas, dominós ou xadrez.



FIGURA 79: Espaço da boa idade na Praça de Cruz de Rebouças.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 80: Espaço da boa idade.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O anfiteatro, apesar de ser uma área muito insolada, assim como pátio de eventos, é muito utilizada diariamente para a prática de skate pelo público jovem, além desta atividade também ocorre o uso por vários circos que sempre estão presentes no município.



FIGURA 81: Anfiteatro na Praça de Cruz.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 82: O anfiteatro e o Playground 2 ao fundo.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

2.2.3 Pontos positivos e negativos da praça

Percebe-se em todas as imagens analisadas que apesar de possuir algumas áreas insoladas, como o pátio de eventos e o anfiteatro, está é uma praça bem arborizada,



além disto é uma praça de eventos que contempla outros tipos de usos se tornando assim mais completa. Mas mesmo possuindo tantos usos diferentes ela acabou se tornando um local de segregação, algumas áreas como o espaço gastronômico e o espaço da boa idade é utilizado apenas por pessoas com mais poder aquisitivo, é como se existisse uma barreira invisível que separasse a área próxima à BR do fundo da praça, próximo ao conjunto habitacional, segregando os usuários.

Deste modo algumas áreas da praça se tornaram perigosas, mais utilizadas por usuários de drogas e traficantes, como é o caso do descampado destinado a colocação do palco móvel e das quadras, aumentando assim a violência urbana.



FIGURA 83: O descampado para o palco móvel.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 84: Usuários de droga na praça.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



2.3 PRAÇA DO MARCO ZERO, NO RECIFE - PE.

Este local foi escolhido para ser analisado pelo fato de ser uma praça cívica, com um projeto de revitalização contemporâneo, uma ótima localização e pela sua utilização em grandes eventos de massa. Há uma primeira vista pode-se até ser discutido o fato da inexistência de alguns mobiliários e vegetações a deixando “sem muita coisa a ser observada”, mas creio que não exista uma receita para fabricação de praças, onde a inexistência de alguns aspectos, como playgrounds e jardins, a descaracterize como tal.

Sendo assim a análise feita nesta proposta vai além da observação de sua infraestrutura, partindo com um aprofundamento crítico e teórico em cima de sua utilização, pois não se pode negar que apesar de todos os contras, a praça em questão foi apoderada pelos cidadãos recifenses e também pelos turistas que não a deixam de visitar na passagem pelo estado, com isto, torna-se indispensável sua contribuição à pesquisa desenvolvida, haja vista que o ponto primordial para o sucesso de qualquer projeto para espaços públicos livres é a identificação e uso da sociedade como mesmo.



FIGURA 85: O bairro do Recife antigo e a Praça do Marco Zero.
FONTE: www.flirck.com



2.3.1 Análise do contexto urbano

A Praça do Rio Branco, ou Praça do Marco Zero, está localizada no Recife Antigo na Avenida Alfredo Lisboa, sendo o ponto de encontro das avenidas Rio Branco, Barbosa Lima e Marquês de Olinda, o que faz dela um ponto nodal bem situado margeado pelo Rio Capibaribe, percebe-se tal fato na imagem abaixo.



FIGURA 86: Mapa do Recife Antigo.

FONTE: www.paçoalfandega.com.br

O espaço urbano onde se localiza a Praça do Marco Zero foi, no ano de 1630, base da ocupação holandesa. Naquela época o Recife era apenas uma povoação de pescadores assentada na ponta de um istmo³ que lhe servia de porto. Seu crescimento urbano se deu livremente, sem um planejamento, até o século 20, quando as reformas urbanas para higienismo da cidade e modernização do porto do Recife, fizeram ao bairro uma mudança sem precedentes. (Perfil municipal de Recife, 2009).

Naquela localidade aconteceu uma demolição em larga escala, envolvendo cerca de 600 edificações, mais a Igreja do Corpo Santo e os arcos da Conceição e de Santo Antônio, todo o traçado urbano, de mais de 250 anos de colonização, foi apagado do bairro para dar lugar a novas ruas e avenidas mais largas, e novo padrão de casario que até hoje conhecemos como “Recife Antigo”, que de antigo não tem nada.

³ Prolongamento de terra que descia das colinas ao sul da Vila de Olinda, sede da Capitania de Pernambuco.



Foi neste contexto das reformas urbanas que foi definida uma nova praça no bairro do Recife Antigo, com o nome de Barão do Rio Branco, em homenagem ao diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos, esta praça surgiu como um espaço de convergência das novas avenidas, Barão do Rio Branco e Marquês de Olinda, no ponto de encontro com a Avenida Alfredo Lisboa, margeando e dando visibilidade ao novo e moderno porto do Recife.



FIGURA 87: Vista panorâmica da paisagem na Praça do Marco Zero.

FONTE: Google imagens, 2012.

A praça então criada no mais autêntico cenário de nascimento da cidade do Recife posteriormente foi identificada como o local ideal para o início da marcação das distâncias rodoviárias do Recife, ou seja, o local do marco zero. Foi de iniciativa e patrocínio do Automóvel Clube de Pernambuco a colocação de uma peça de concreto no ponto que representa o “zero”. Com o tempo e a difusão desse marco, a nova denominação se popularizou e a Praça Barão do Rio Branco passou a ser conhecida também como Praça do Marco Zero.

2.3.2 Partido do Projeto

No ano de 2000 a Praça Barão do Rio Branco ou Praça do Marco Zero passou por uma reforma elaborada pelos arquitetos Reginaldo Esteves e Fernando Borba, eles fizeram um projeto arrojado que incluía, além da reforma física daquele espaço urbano, um reordenamento e o acréscimo de sua significação para a vida da cidade, pois foi a partir desta revitalização que a praça passou a ser o centro dos acontecimentos festivos e culturais. (Perfil municipal de Recife, 2009).

Abaixo, são apresentadas duas imagens onde pode ser percebido o antes e o depois da intervenção de 2000. Anteriormente, o espaço era aparentemente menor, a Avenida Alfredo Lisboa seguia uma linha reta, paralela ao trilho dos antigos



bondes e o espaço possuía mais bancos para descanso e contemplação da paisagem e uma estátua do busto do Barão do Rio Branco no centro dela.

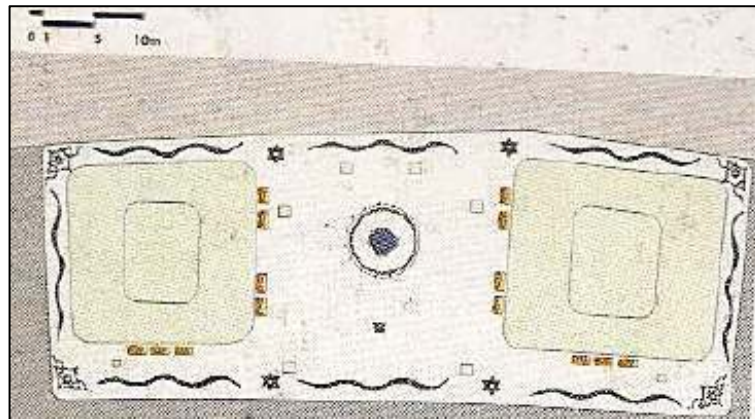


FIGURA 88: Praça do Rio Branco, antes da intervenção.

FONTE: Robba e Macedo, 2002.

Para o novo projeto da Praça de eventos do Marco Zero, os arquitetos Reginaldo e Fernando propuseram um aumento dela, arredondando a Avenida Alfredo Lisboa fazendo com que a área ganhasse um pouco mais de espaço incorporando assim os antigos trilhos em seu pátio central. No centro, foi montado um painel com o marco zero do Recife em concreto pigmentado, e antiga estátua do Barão do Rio Branco foi relocada, permanecendo testemunha de mais uma transformação no solo onde nasceu a cidade do Recife.

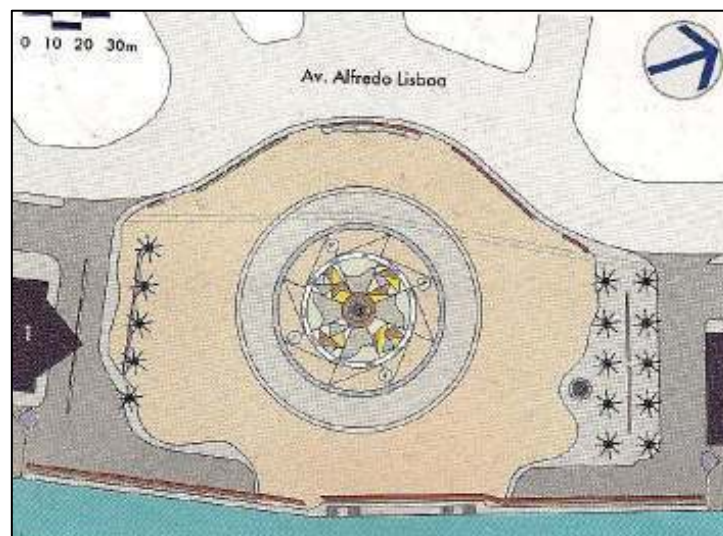


FIGURA 89: A nova Praça do Rio Branco.

FONTE: Robba e Macedo, 2002.

O Artista Plástico, Cícero Dias, foi convidado para criar a rosa dos ventos no piso da praça (figura 90), onde foi colocado um disco de bronze no meio com a inscrição “km 0”, com o ano da intervenção na praça (2000) e com as coordenadas da cidade, e



ainda a expressão: “Deste marco partem as distâncias para todas as terras de Pernambuco” (figura 91).



FIGURA 90: Vista de cima da Praça do Marco Zero.
FONTE: www.flirck.com

FIGURA 91: O marco zero de Pernambuco.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Assim o partido seguido pelos arquitetos foi de reorganizar um espaço livre com mais ou menos 6 mil metros quadrados, que permitisse a realização de eventos culturais em massa e contemplação da paisagem, tanto do parque das esculturas de Brennan (figura 92), quanto dos casarios do Recife Antigo (figura 93), criou-se, então, uma “praça cívica”.



FIGURA 92: O Parque das Esculturas visto da Praça do Marco Zero.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 93: A paisagem do Recife na Praça do Marco Zero.
FONTE: www.flirck.com

2.3.3 Programa

O programa da praça inclui um pátio de eventos, uma área para contemplação da paisagem, uma área para homenagem onde se encontra o busto do barão do rio branco e um museu, além de um pequeno estacionamento em sua lateral. Com exceção do museu, todos os outros itens são dispostos em uma área de 6.000m².



O projeto de revitalização e implantação do museu na Praça do Marco Zero (figura 94 e 95) não foi realizado pelos mesmos autores da intervenção de 2000, ele faz parte da praça pelo fato de ter seu principal acesso através dela, foi inserido em parte do antigo prédio do terminal marítimo de passageiros ganhou alguns exemplares de palmeiras e bancos sem encosto em sua entrada, e ainda um pequeno estacionamento dentro do espaço da praça.



FIGURA 94: A Praça do Marco Zero e o Museu ao fundo.

FONTE: Autora da pesquisa, 2010.



FIGURA 95: Museu na Praça do Marco Zero.

FONTE: Autora da pesquisa, 2010.

Nas margens do Rio Capibaribe, foram instalados parapeitos que funcionam como bancos para contemplação da paisagem, mesmo sendo uma área tão insolarada é muito utilizada até mesmo no período do dia, como se vê nas imagens abaixo.



FIGURA 96: O Rio Capibaribe e a Praça.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 97: O peitoril da Praça do Marco Zero.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 98: A Praça do Marco Zero.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

2.3.4 Pontos positivos e negativos da praça

Não deve-se considerar a falta de áreas verdes e mobiliários urbanos destinados tanto ao público infantil quanto à prática de esportes ou descanso, seja um ponto negativo, não é possível julgá-la pela falta de equipamentos para o uso pelo qual ela não foi destinada, pois ela é muito bem utilizada dentro do propósito para o qual foi criada.

O ponto positivo que mais se destaca, neste caso, é a apropriação do espaço pela população, mas não se pode negar que a praça é tão requisitada nos dias de festa que acaba gerando assim um ponto negativo que é sua superlotação durante os eventos. Literalmente o público transborda o lugar, superlotando também as principais vias de acesso a ela, percebe-se, nas imagens abaixo, que o espaço em questão não atende a demanda de usuários com isto ele utiliza o espaço urbano em seu entorno para escoamento de sua subutilização.



FIGURA 99: Carnaval multicultural do Recife 2011.
FONTE: www.folhape.com.br.



FIGURA 100: Carnaval multicultural do Recife 2012.
FONTE: www.folhape.com.br.



FIGURA 101: O Marco Zero em festa.

FONTE: www.folhape.com.br.

2.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO.

A partir da análise de tais estudos de caso feita individualmente, foi construído o seguinte quadro para melhor entendimento e análise em conjunto das principais características de cada um deles.

ANÁLISES	Parque Dona Lindu	Praça de Eventos de Cruz de Rebouças	Praça do Marco Zero
Localização	Avenida Boa Viagem – a beira mar.	As margens da BR – 101	Av. Alfredo Lisboa – porto do Recife
Característica Geral da Área	Grande variedade de espaços e atrativos, como playground, quadras e gramados, que são muito utilizados pela população.	Grande variedade de espaços e atrativos, como playground, quadras e lanchonetes, que são pouco utilizados pela população.	Pátio de Eventos bastante insulado, muito utilizado para contemplação da paisagem e subutilizado em eventos culturais.
Partido	Equipamentos destinados à realização de eventos culturais dando as costas ao parque	----	Contemplação da paisagem e eventos culturais
Infraestrutura	Mobiliários novos, em bom estado de conservação. Boa iluminação, espaço limpo.	Mobiliários mal conservados	Grande piso para eventos e poucos mobiliários para permanência dos usuários.



Vegetação	Bastante grama e poucas árvores de pequeno porte.	Grande variedade em vários canteiros, gramíneas, herbáceas, arbustivas e arbóreas.	Apenas algumas Palmáceas.
Apropriação dos Usuários	Bastante utilizada	Algumas áreas ociosas	Subutilizada em dias de eventos

QUADRO 09: Análise comparativa dos estudos de caso.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O próximo quadro aborda a comparação dos programas existentes em cada caso analisado. Após analisar os dois quadros resultantes deste capítulo, pode-se concluir que apesar de todos os casos terem funções parecidas, pois todos são destinados a realização de eventos, assim ambos fazem parte de um mesmo conceito, a apropriação da população se deu de forma diferente em cada um deles, com isto pode-se dizer que:

ESTUDOS DE CASO	Parque Dona Lindu	Praça de Eventos de Cruz de Rebouças	Praça do Marco Zero
PROGRAMAS	<ul style="list-style-type: none"> - CICLOVIA - PISTA DE COOPER - SKATE E QUADRA POLIESPORTIVA - PLAYGROUND - ACADEMIA - PÁTIO DE EVENTOS - TEATRO - PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES - RESTAURANTE - SANITÁRIOS - CENTRAL TÉCNICA - ESTACIONA. 	<ul style="list-style-type: none"> - PLAYGROUND - PISTA DE COOPER - QUADRA POLIESPORTIVA - ESPAÇO DA BOA IDADE - ÁREA PARA DESCANSO - ESPAÇO GASTRONÔMICO - SANITÁRIOS - PÁTIO DE EVENTOS - ÁREA PARA VENDEDORES 	<ul style="list-style-type: none"> - PÁTIO DE EVENTOS - ÁREA PARA CONTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM - BUSTO DO BARÃO DO RIO BRANCO - MUSEU - ESTACIONA.

QUADRO 10: Análise comparativa dos programas de cada caso.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

O Parque Dona Lindu possui um programa bem diversificado, e mesmo possuindo poucos exemplares de vegetação arbórea, o que gerou na época de sua construção grandes críticas, é muito utilizado pela população local, o que faz de seu projeto um sucesso, pois conseguiu fazer com que o usuário se apoderasse do ambiente público.



Já a Praça de Eventos de Cruz de Rebouças, que também possui um programa mais diversificado e mesmo sendo bem arborizada, não é tão utilizado pela população local, muitas vezes esta praça encontra-se vazia deixando muitos locais ociosos e livres para a prática de atividades criminais, como uso e vendas de drogas. Por fim, a Praça do Marco Zero, mesmo não possuindo outros usos e equipamentos, nem ao menos áreas arborizadas, é muito utilizado, não só pela população recifense, mas por muitas outras pessoas, inclusive turistas, que sempre passam pelo local.

Assim pode-se dizer que não existe uma receita para sucesso e a boa utilização dos espaços públicos de recreação, a única forma que pode ser pensada para tal aprovação da população é planejar o ambiente de acordo com os usos que aquele local necessita, para uma revitalização em um local já utilizado deve ser pensado primeiramente em conhecer os usuários e as atividades desenvolvidas na praça, no intuito de poder projetar o que realmente é necessário e vai ser utilizado.



CAPITULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Este capítulo irá demonstrar a evolução urbana do município de Camaragibe, dando mais enfoque ao bairro da Vila da Fábrica, onde se localiza a Praça de Eventos e a Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, objeto desta pesquisa. Destina-se também a um breve diagnóstico da situação atual da própria praça, destacando os usos que são oferecidos pelo espaço, as características do seu entorno, o estado de conservação, e por fim uma breve análise de seus principais problemas e potencialidades.

3.1 EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

O município de Camaragibe está situado no oeste da Região Metropolitana do Recife – RMR, limitando-se ao norte com os municípios de Paudalho, Paulista e Recife, ao sul com Recife e São Lourenço da Mata, ao leste com a cidade do Recife e a oeste com o município de São Lourenço da Mata.



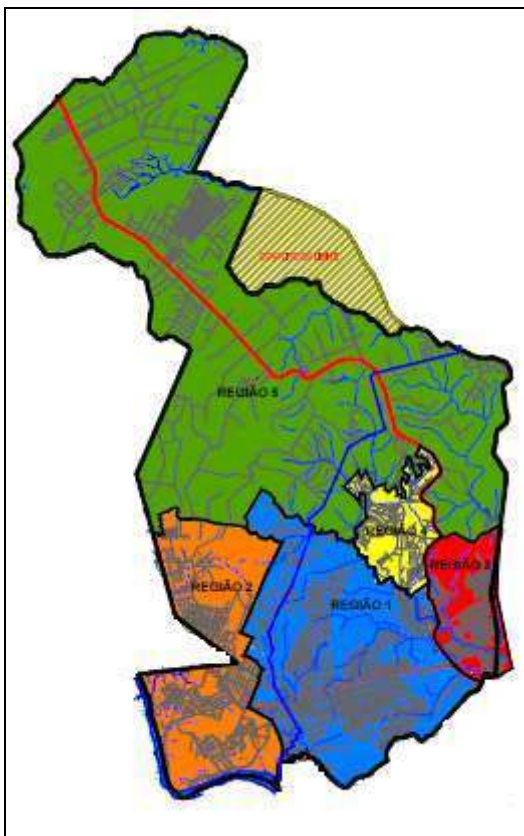
FIGURA 102: Mapa de situação de Camaragibe.

FONTE: Google maps, 2012.



Cortado por dois dos principais eixos de ligação entre Recife e os demais municípios da Zona da Mata Norte do estado (PE-05 e PE-27), seu território abrange uma área de 51,194KM², de acordo com o censo IBGE 2010, e possui uma população estimada em mais ou menos 144.466 habitantes, com uma densidade demográfica de 2.821,93 hab./km².

Distando, cerca de, 10,7Km da capital do estado, Camaragibe não possui áreas rurais, sendo assim um município totalmente urbano subdividido em vinte e nove bairros e cinco regiões político administrativas (RPA), organizados conforme o seguinte quadro:



RPA 1	Areiro, Alto Stº Antônio, Alto da Boa vista, Aldeia de Baixo, Bairro dos Estados, Bairro novo do Carmelo, Céu Azul, Celeiro das Alegrias Futuras, Santa Tereza, São Paulo, Timbi, Vila da Fábrica e Viana.
RPA 2	Alberto Maia, Estação Nova, João Paulo II, Santana, Santa Mônica e São João e São Paulo.
RPA 3	Vila da Inabi, Jardim Primavera, São Pedro, Nazaré e Vale das Pedreiras.
RPA 4	Tabatinga.
RPA 5	Aldeia dos Camarás, Borralho, Oitenta e Vera Cruz.

QUADRO 11: Subdivisão das RPA's de Camaragibe.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

FIGURA 103: Mapa das RPA's de Camaragibe.

FONTE: Perfil municipal de Camaragibe, 2012.

Constata-se que a região político administrativa 1 (RPA 1) configurada como o centro da cidade, reúne o maior número de bairros e com isto a maior densidade populacional, e também de equipamentos públicos, de saúde, educacionais, e principalmente comerciais, com destaque para o eixo de comércio na Avenida



Belmiro Coreia, principal eixo de ligação à São Lourenço da Mata, onde se localiza o antigo mercado municipal, considerado patrimônio histórico da população.



FIGURA 104: Avenida Belmiro Correia.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 105: Mercado municipal de Camaragibe.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Camaragibe é uma cidade nova, há apenas 30 anos ela foi elevada a categoria de município, desmembrando-se de São Lourenço da Mata, mais precisamente no dia 14 de maio de 1982, segundo a lei 8.951 do Diário Oficial do Estado de Pernambuco. O município ganhou este nome devido aos índios que ocupavam toda a região por volta do século XV, se distribuindo em pequenas aldeias as margens do Rio Capibaribe que tinham uma quantidade abundante da planta herbácea Lantana câmara, surgindo assim à expressão “Câmara-Yeb” que em tupi significa “terra dos camarás”.



FIGURA 106: Casa de Maria Amazonas.
FONTE: Autora da Pesquisa, 2012.

No início do século XVI a agroindústria açucareira aparece como principal fonte econômica daquele território, que devido sua localização privilegiada, tendo suas terras cortadas pelo Rio Capibaribe, apresentava um bom número de engenhos.



Destes o que mais se destacou foi o Engenho Camaragibe, tornando-se um dos mais prósperos a levar consigo o comércio de açúcar, escravos, bens e serviços voltados a esta atividade. Na imagem acima se observa a “Casa de Maria Amazonas”, antiga casa grande do engenho Camaragibe.

Entretanto, em meados do século XVII, após a invasão holandesa a região foi saqueada e roubada e o engenho queimado pelos índios nativos, começando a decair lentamente a partir deste episódio até ter o encerramento de suas atividades e ter parte de suas terras vendidas pelo Visconde de Camaragibe, alguns anos após a assinatura da Lei Áurea, para a Companhia Industrial Pernambucana – CIPER, para a construção da fábrica de tecidos de Camaragibe, desencadeando assim o declínio das atividades agrícolas na área, passando a ter sua economia voltada para a indústria. (Perfil municipal de Camaragibe, 2007).



FIGURA 107: Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

FONTE: Autora da Pesquisa, 2011.



FIGURA 108: Retrato antigo da Fábrica de Tecidos.

FONTE: www.camaragibeonline.com

Com a compra dos terrenos do Engenho Camaragibe no ano de 1891, o engenheiro Carlos Alberto de Menezes fundou a fábrica de tecidos de algodão de propriedade da CIPER (figura 107 e 108). Próximo a ela começaram a se instalar outras pequenas indústrias têxteis, como a fábrica de fitas, nascendo ali um centro industrial. Com o crescimento econômico e surgimento de novas oportunidades de emprego muitas pessoas começaram a se aglomerar nos arredores da fábrica, em vista disto o fundador da fábrica construiu uma vila operária para seus funcionários.

Atividades do setor terciário, como o comércio e serviços, começaram a crescer na região devido a forte demanda que veio junto com o crescimento populacional. Com



o declínio da indústria têxtil e o fechamento da fábrica na década de 90, a atividade econômica, de comércio e serviço é a única que permanece atrelada ao município até os dias atuais. (Perfil municipal de Camaragibe, 2007).

3.2 A VILA DA FÁBRICA

O bairro da Vila da fábrica encontra-se inserido na Região Político Administrativa 1 da cidade de Camaragibe, ele é o terceiro maior bairro do município, depois de Borralho e Aldeia dos Camarás, com cerca de 2,24Km². Verifica-se, em seu centro um acervo arquitetônico de relevante valor histórico e cultural que constitui o núcleo urbano primitivo local, composto pelas edificações da antiga vila operária originária da economia têxtil do século XIX. Nesta pesquisa será aprofundado apenas o sítio histórico do bairro, por ser nele que se encontra a praça de eventos, assim torna-se extremamente necessário sua análise para compreensão do entorno do objeto de trabalho.



FIGURA 109: Perímetro do bairro da Vila da Fábrica.
FONTE: Google maps, 2012.



O principal acesso ao sítio histórico da Vila da Fábrica se dá pela PE-05 e sua bifurcação pela Avenida Belmiro Correia, eixo comercial do município, ou ainda pela Estrada de Aldeia - PE-27, como se pode ver na imagem abaixo, essas são as duas principais avenidas da cidade. Os eixos secundários de acesso à vila, que interligam a PE-05 e a PE-27, são as Ruas Padre Ozeas Cavalcante, Rua Manoel Honorato da costa, que passa em frente à antiga fábrica de tecidos, e por fim a Rua das Castanholas.



FIGURA 110: Mapa de localização do sítio histórico da Vila da Fábrica.

FONTE: Google maps, 2012.

Como já mencionado, a vila operária da fábrica de tecidos foi fundada pelo engenheiro Carlos Alberto de Menezes, sua implantação estava inserida dentro de um plano mais abrangente de desenvolvimento urbano e social de Camaragibe. A Vila, além de proporcionar moradia digna aos funcionários da fábrica, se dispunha a promover o lazer, a educação, saúde e religião dos mesmos, nela foram implantadas 400 habitações cômodas e higiênicas todas com saneamento e acesso a água potável provenientes de fontes instaladas nas principais vias.

Além das habitações também foram implantados equipamentos fundamentais para o convívio urbano como a escola, o clube Guarani, a gruta, uma Capela, três armazéns organizados em cooperativa de trabalhadores, uma praça e um teatro,



todos no intuito de garantir o lazer, o convívio social e a vivência religiosa dos trabalhadores e sua família.



FIGURA 111: Antiga Vila Operária de Camaragibe.

FONTE: www.camaragibeonline.com



FIGURA 112: Fontes de Água na vila operária de Camaragibe.

FONTE: www.camaragibeonline.com



FIGURA 113: A república dos solteiros na Vila da Fábrica.

FONTE: www.camaragibeonline.com

A construção da vila seguiu-se sob um arruamento regular, estando às casas dispostas em grupos de diferentes tipos intercalados, e ainda tinham, entre si, um intervalo lateral de 10 metros dando a cada uma delas uma pequena área verde, esse padrão de ocupação original dividia as habitações em duas categorias: as casas dos operários e as casas de maior hierarquia, e ainda, distribuídos em uma quadra central os outros equipamentos anteriormente citados. Toda essa estrutura urbana foi projetada pelo engenheiro Pierre Collier, sócio e genro do idealizador Carlos Alberto de Menezes.



Com o crescimento econômico da região começou a haver uma expansão urbana em torno da vila operária, essa expansão veio de forma desordenada nascendo assim uma separação de classes sociais, onde os mais abastados e mais bem sucedidos funcionários da fábrica residiam na vila projetada por Pierre Collier, e os menos afortunados iam construir suas casas na periferia dela. Esse crescimento se deu de forma tão desenfreada que muitas pessoas foram morar em áreas de risco, como se vê nas imagens abaixo várias casas na encosta do Rio Camaragibe, e ainda muitas outras invadindo a reserva da Mata do Privê causando assim o desmatamento do patrimônio ecológico do município.



FIGURA 114: Encosta do Rio Camaragibe
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 115: Casas nas margens do Rio
Camaragibe
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 116: Assentamento irregular na Vila da Fábrica
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



Ainda no século XIX a fábrica da CIPER foi vendida à Braspérola, esta continuou mantendo a vila de operários até o século XX quando foi à falência e deu a posse de propriedade como pagamento do FGTS a seus funcionários, a partir deste episódio os moradores obtiveram a autonomia de poder interferir da maneira que quisessem em suas residências. Com o passar do tempo, quase todas as casas antigas, perderam por completo suas características iniciais devido a grande quantidade de reformas feitas sem controle por seus donos depois de terem ganhado a posse delas, abaixo pode-se ver imagens atuais da vila onde essa descaracterização é bem perceptível.



FIGURA 117: Sobrados da Vila da Fábrica
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 118: Casas descaracterizadas
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

Assim como as residências, os equipamentos de uso comum também foram se degradando aos poucos, principalmente pelo fato de depois do fechamento da fábrica eles ficaram “sem dono” para mantê-los. Entregues aos cuidados do poder público, que na maioria das vezes não dispõe de recursos para manutenção e revitalização adequada, os prédios antigos estão a cada dia perdendo o seu valor devido à tamanha descaracterização.

Nas imagens a seguir pode ser visto o prédio da tapeçaria descaracterizado por um fiteiro em sua lateral, a antiga república dos solteiros com risco iminente de queda da sua varanda devido ao desgaste das madeiras utilizadas nas pilastras, a escola Pierre Collier e o Prédio do clube Guarani com a pintura de sua fachada totalmente desgastada.



FIGURA 119: Tapeçaria da Vila da Fábrica.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 120: Antiga república dos solteiros.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 121: Escola Pierre Collier.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 122: Clube Guarani.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

No que se refere ao aspecto de uso e ocupação do solo observa-se que no perímetro do sítio histórico as edificações são predominantemente de uso residencial com exceção do canteiro central onde se encontram os antigos edifícios destinados ao uso cultural, de educação e lazer. A área a ser revitalizada encontra-se na entrada da vila operária e é caracterizada, segundo o diagnóstico da situação atual da Vila da Fábrica (2007), como espaços livres públicos.

A gruta Nossa Senhora de Lourdes foi construída no século XIX por Carlos Alberto de Menezes, mesmo idealizador da fábrica e da Vila Operária. Ele veio de uma família católica e ao vim para Pernambuco trouxe consigo uma pedra da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes na França, e construiu uma gruta num terreno em frente a sua fábrica, o local até hoje é uma referencia simbólica religiosa para os moradores locais, e também para pessoas de outras cidades e estados que ao passar por Camaragibe não deixam de conhecer a gruta. Nas imagens seguintes



pode-se ver uma foto bem antiga da gruta, pouco tempo depois de sua construção, a única existente de acordo com a prefeitura municipal.



FIGURA 123: Gruta Nossa Senhora De Lourdes no Sec. XIX.
FONTE: Diagnóstico da situação atual da Vila da Fábrica de Camaragibe, 2007.



FIGURA 124: Pedra original da Gruta de Lourdes.
FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

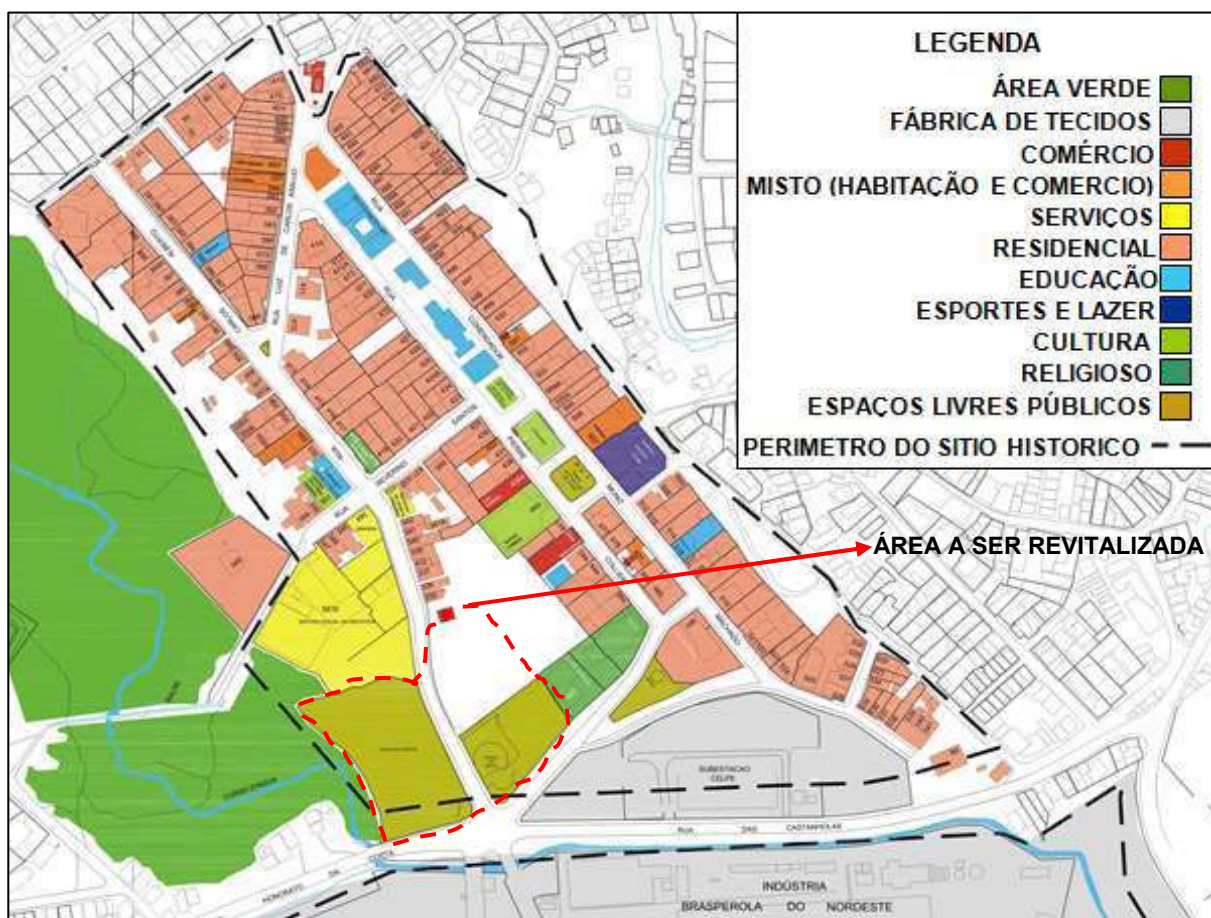


FIGURA 125: Planta do uso e ocupação do solo no sítio histórico da Vila da Fábrica.
FONTE: Diagnóstico da situação atual da Vila da Fábrica de Camaragibe, 2007.



A praça de eventos surgiu com o crescimento da vila operária, onde as pessoas sentiram necessidade de um espaço para se divertirem e começaram a se apropriar de um terreno vazio que ficava em frente à Gruta. No início do século XX os boêmios usavam a área de terra batida para realizações de serestas, com o passar do tempo as festas tomaram proporções maiores e o poder público decidiu intervir no local, transformando-o em um grande pátio de piso cimentado. No decorrer deste capítulo será mostrado todos os elementos componentes de ambas as praças.

3.3 LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS

Segundo o plano diretor vigente do município de Camaragibe o bairro da Vila da Fábrica é dividido em três zonas, a ZPP – Zona de Proteção Permanente, abrangendo a área da Mata do Privê; a ZEPH – Zona Especial de Proteção Histórica, abrangendo o núcleo primitivo de urbanização da vila operária; e por fim a ZRU – Zona de Reestruturação Urbana que inclui além da área de expansão da vila operária, os terrenos da fábrica, a casa de Maria Amazonas e o Parque Municipal, que no plano diretor anterior estavam todos dentro do perímetro da Zona Especial de Proteção Cultural – ZEPC, assim como a antiga vila operária.

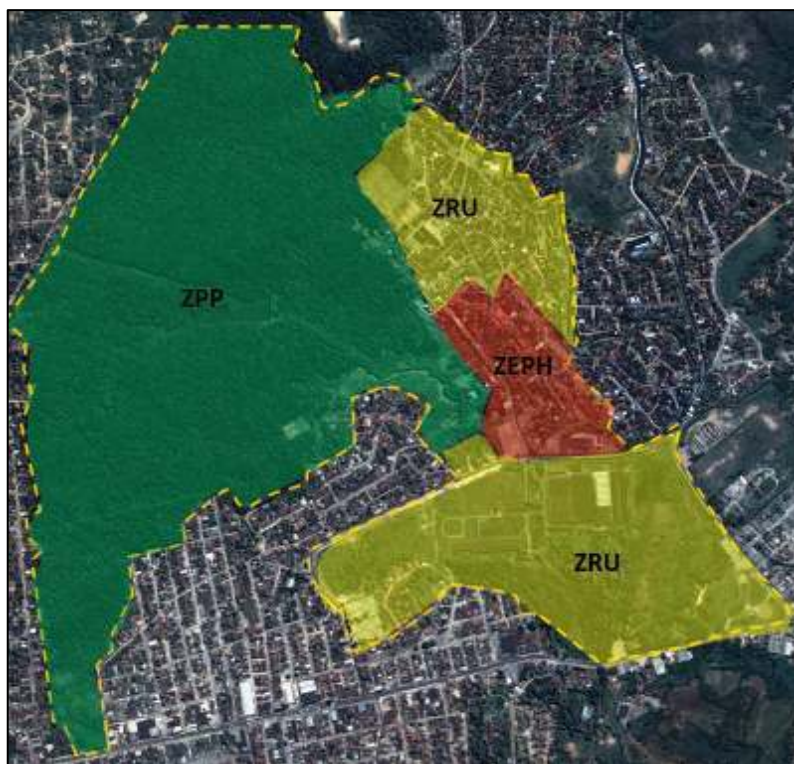


FIGURA 126: Zoneamento urbano da Vila da Fábrica.

FONTE: Google maps, 2012.



O plano diretor classifica em seu artigo 39 a ZEPH como uma Zona Especial de Proteção Histórica correspondente ao sítio da Vila da Fábrica que, devido aos seus valores materiais e imateriais, possui relevância histórica, arquitetônica e cultural. E ainda em seu artigo 87 da seção III prevê a implantação de um plano de requalificação urbana da Vila da Fábrica sob os princípios da conservação integrada e revitalização dos espaços com implantação de novos equipamentos urbanos de apoio aos usuários e visitantes, e por fim, em seu artigo 88, objetiva a reestruturação dos espaços públicos de recreação e lazer consolidados como a Praça de Eventos da Vila da Fábrica.

Os parâmetros urbanísticos de ocupação do solo e requisitos de estacionamentos para a Zona Especial de Proteção Histórica – ZEPH, são definidos no anexo V e VI do plano diretor de Camaragibe (2007). Esses anexos tratam somente dos parâmetros para as zonas especiais, assim como a ZEIS (zona especial de interesse social), a ZEPA (zona especial de proteção ambiental) e a ZEPP ou ZPP (zona especial de proteção permanente).

Tais zonas são denominadas especiais por terem padrões e/ou usos diferenciados das demais zonas e por isto necessitam de parâmetros diferenciados, deste modo são feitas pesquisas exclusivas para cada caso no intuito de melhor definir tais padrões, às vezes acontece até de uma cidade ter mais de uma ZEIS e cada uma delas possuir um parâmetro diferente por consequência da ocupação que não se deu de forma igualitária e planejada.

ANEXO VI			
REQUISITOS DE ESTACIONAMENTO			
ATIVIDADE	ZEPA / PE27	ZEPH	DEMAIS ZONAS
1. USO HABITACIONAL			
ATÉ 70 m²	1 vaga/unidade	análise especial	isento
70 M² > 150 m²	2 vagas/unidade	análise especial	1 vagas/unidade
ACIMA DE 150 m²	3 vagas/unidade	análise especial	2 vagas/unidade
2. USO NÃO HABITACIONAL			
Comércio varejista em geral	1 vaga/50 m²	análise especial	1 vaga/80 m²
Comércio atacadista	1 vaga/50 m²	análise especial	1 vaga/80 m²
3. SERVIÇOS			
Serviços em Geral	1 vaga/50 m²	análise especial	1 vaga/80 m²
Escola	1 vaga/50 m²	análise especial	1 vaga/80 m²
Hotéis	1 vaga/apfº	análise especial	1 vaga/apfº
4. USO INDUSTRIAL			
até 200 m²	1 vaga/50 m²	análise especial	1 vaga/80 m²
acima de 200 m²	1 vaga/100m²	análise especial	1 vaga/100m²

FIGURA 127: Requisitos de estacionamento.
FONTE: Plano diretor de Camaragibe, 2007.



ANEXO V - CONDIÇÕES DE PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO								
III - ZONAS ESPECIAIS								
ZONAS	ÁREA MÍNIMA DO LOTE - M²	USOS	TAXA DE OCUPAÇÃO	COEF. DE UTILIZAÇÃO	AFAST. MÍN. FRONTAL	AFAST. MÍN. LAT./FUN.	TESTADA MÍNIMA	TX SOLO NATURAL
ZEIS	(e)	UR UM	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)
ZECS	600	UR	50	2,5	5,00	2,00		
		UM	60	3,6	5,00	2,00		
		UNR	60	3,6	7,00	2,00	20,00	20
		UGI	40	3,6	7,00	2,00		
		UE	40	3,4	7,00	2,00		
ZEAE	600	UR	40	1,6	5,00	2,00		
		UM	70	2,8	7,00	2,00		
		UNR	70	2,8	7,00	2,00	20,00	20
		UGI	70	2,8	7,00	2,00		
		UE	40	1,6	7,00	2,00		
ZEPA	5.000	UR	a) 40	a) 0,8	a) 5,00	a) 2,00		a) 20
			b) 30	b) 0,6	b) 5,00	b) 2,00	40	b) 40
			c) 25	c) 0,5	c) 10,00	c) 3,00		c) 45
			d) 15	d) 0,3	d) 10,00	d) 5,00		d) 50
		UM	a) 40	a) 0,8	a) 5,00	a) 2,00		a) 20
			b) 30	b) 0,6	b) 5,00	b) 2,00	40	b) 40
			c) 25	c) 0,5	c) 10,00	c) 3,00		c) 45
			d) 15	d) 0,3	d) 10,00	d) 5,00		d) 50
		UNR	a) 40	a) 0,8	a) 5,00	a) 2,00		a) 20
			b) 30	b) 0,6	b) 5,00	b) 2,00	40	b) 40
			c) 25	c) 0,5	c) 10,00	c) 3,00		c) 45
			d) 15	d) 0,3	d) 10,00	d) 5,00		d) 50
		UGI	a) 30	a) 0,6	a) 5,00	a) 2,00		a) 20
			b) 25	b) 0,5	b) 5,00	b) 2,00	40	b) 40
			c) 20	c) 0,4	c) 10,00	c) 3,00		c) 45
			d) 15	d) 0,3	d) 10,00	d) 5,00		d) 50
		UE	a) 40	a) 0,8	a) 5,00	a) 2,00		a) 20
			b) 30	b) 0,6	b) 5,00	b) 2,00	40	b) 40
			c) 25	c) 0,5	c) 10,00	c) 3,00		c) 45
			d) 15	d) 0,3	d) 10,00	d) 5,00		d) 50
ZEPP	—	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	(f)	
ZEPH	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	(e)	

FIGURA 128: Condições de parcelamento e ocupação do solo para as zonas especiais.

FONTE: Plano diretor de Camaragibe, 2007.

No caso da ZEPH onde está inserida a Praça de Eventos da Vila da Fábrica, os parâmetros de estacionamento ainda se encontram em análise, desde 2007, ano em que foi publicado o novo plano diretor do município. E as condições de ocupação do solo no que diz respeito aos afastamentos mínimos, a taxa de solo natural, a taxa de ocupação e o coeficiente de utilização, de acordo com o anexo V (figura 128) da mesma lei, é definido como especial (e), mas não há nenhum outro documento que os especifique mais claramente, deste modo subentende que assim como os parâmetros de estacionamento, eles ainda estão em análise.



A lei do uso e ocupação do solo que vigora no município é a LUOS de 1997 (lei 032/97) que apesar da maioria de seus artigos estarem obsoletos é a única lei que menciona mais claramente os parâmetros urbanísticos de uso do solo no sítio histórico da Vila da Fábrica. Ela caracteriza a área como uma ZEPC (zona especial de proteção cultural) onde não são permitidas novas construções, com exceção de equipamentos públicos destinados ao uso de atividades culturais e artísticas onde a taxa de ocupação não poderá ultrapassar 50% do terreno, deixando o restante livre para solo natural, e o gabarito das edificações poderá ser de até 2 pavimentos com uma altura máxima de 8 metros.

Esta mesma lei salienta a importância do tratamento adequado da Praça de Eventos em conjunto com seu entorno para a implantação de uma área permanente para a realização de eventos artísticos e culturais para todo o município, e ressalta a importância que em qualquer tipo de intervenção seja preservada as características essenciais de cada imóvel e do conjunto que o cerca, quanto à forma, o gabarito, à escala, e aos materiais de revestimento e vedação. (LEI 032/97, 1997, p.41).

3.4 DESCRIÇÃO E DIMENSÕES DA ÁREA A SER REVITALIZADA



FIGURA 129: Delimitação da proposta.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



Esta pesquisa tem como objetivo central desenvolver um plano de revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica e no intuito de tornar o ambiente urbano onde ela se localiza mais harmônico, buscou-se assim integrar toda a área que fica do lado oposto a Rua Carlos Alberto de Menezes a ela, transformando toda aquela área em um centro de eventos e lazer. Na referida área encontra-se a Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, que é considerada um ponto turístico de grande valor para o município, e ainda o Bar da Macaxeira, muito utilizado pela população local, e um grande terreno baldio utilizado como depósito de metralhas.

PÁTIO DE EVENTOS	6.323,11
GRUTA NOSSA SENHORA DE LOURDES	2.463,54
BAR DA MACAXEIRA	300,00
TERRENO BALDIO	5.855,12
ÁREA TOTAL	14.941,77

QUADRO 12: Quadro de áreas da proposta.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

A Praça de Eventos com uma área de 6.323,11m² é constituída por um pátio em piso cimentado que atualmente possui muitos buracos, devido a falta de manutenção. É na entrada deste pátio que se encontra o pórtico de entrada da Vila da Fábrica.



FIGURA 130: Pórtico de entrada da Vila da fábrica.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 131: Piso degradado no pátio de eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



O fundo do pátio é utilizado por seus moradores como quadra de futsal, mesmo não tendo barras e marcação adequada, e em alguns pontos ter o piso cimentado solto, é um grande atrativo de lazer para à prática de esporte pelos jovens.



FIGURA 132: Quadra de futsal improvisada.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 133: Pátio de eventos.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

A Rua Carlos Alberto de Menezes, principal acesso a antiga vila operária, passa na lateral da Praça de Eventos e separa ela da praça da gruta, é uma via de mão dupla onde também circula o transporte público, e não é nem um pouco acessível ao pedestre, mesmo sendo íngreme as calçadas estão em péssimo estado, há vários buracos, e na maioria dos casos ainda são de barro.



FIGURA 134: Vista da Rua Carlos Alberto de Menezes.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 135: Rua Carlos Alberto de Menezes.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

O pouco de área verde que a praça possui está nas margens do canal, que é muito poluído, como pode se observar nas imagens seguintes, esta área verde é composta apenas por gramas.



FIGURA 136: Gramado na lateral da Praça de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 137: Praça de Eventos da Vila da Fábrica.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 138: Gramado da Praça de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 139: Canal na lateral da Praça de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

A Praça de Acolhida da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes é utilizada pelos religiosos, onde existe até um espaço destinado a realização de missas campais, e também é muito utilizada por pessoas da terceira idade, que gostam de passar as tardes conversando com amigos e apreciando a tranquilidade e a paisagem do local. Percebe-se nas imagens abaixo que o ambiente de acolhida da gruta é muito arborizado.

Ao lado do terreno da gruta encontra-se um terreno baldio utilizado como depósito de metralhas e ponto de tráfico de drogas, para melhorar o uso do local este terreno também necessita ser incluído na proposta.



FIGURA 140: Gruta Nossa Senhora de Lourdes.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 141: Praça da gruta.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 142: Praça da gruta.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 143: Praça da Gruta.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 144: Terreno baldio.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 145: Terreno baldio.
FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



O Bar da Macaxeira construído em uma área de mais ou menos 300m² fica ao lado da Praça da Gruta, possui além de mesas e cadeiras, uma área para danceteria e músicas ao vivo.



FIGURA 146: Vista de frente do Bar da Macaxeira.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.



FIGURA 147: Bar da Macaxeira.

FONTE: Autora da pesquisa, 2011.

Toda a área analisada faz parte de um mesmo contexto urbano, a intervenção não será feita apenas na Praça de Eventos porque todo seu entorno é utilizado dando apoio às festas populares e culturais, desta maneira há a necessidade de tratar toda a ambiência no intuito de criar um grande centro de eventos e não mais uma única praça, assim todo o conjunto será tratado como uma Área de Eventos e Lazer.

3.4.1 O olhar da população

Para uma melhor compreensão da área analisada foram feitas entrevistas com usuários e moradores da vila operária no intuito de melhor conceber o programa de necessidades. Esta pesquisa foi realizada entre os meses de abril e maio de 2012 pelos alunos do 9º período da FADIC, na matéria de Planejamento Urbano IV, ministrada pelo Professor Dr. José Eduardo de Moura, onde a autora desta pesquisa foi monitora da matéria e acompanhou as entrevistas com os alunos.

Para o desenvolvimento da matéria foram feitas dois tipos de entrevistas, uma mais geral buscando entender a importância da Vila da Fábrica, desde sua criação pelo dono da Fábrica de Tecidos até os dias atuais, nesta, também foram levantados dados sobre os problemas e potencialidades de todo o bairro. A segunda entrevista



foi mais direcionada ao conjunto de espaços urbanos destinados ao lazer da população, que engloba tanto a Praça de Eventos como a Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes. Vale salientar que ambas as entrevistas foram realizadas com cerca de 200 pessoas, todas moradoras da Vila da Fábrica e com diferentes faixas etárias.

Na primeira entrevista, quando foram levantados os dados referentes aos maiores problemas da vila na visão dos moradores, verificou-se que a falta de opções de lazer ficou em terceiro lugar com 12% dos votos, logo atrás de segurança e saúde, estes com 21% e 13% respectivamente.

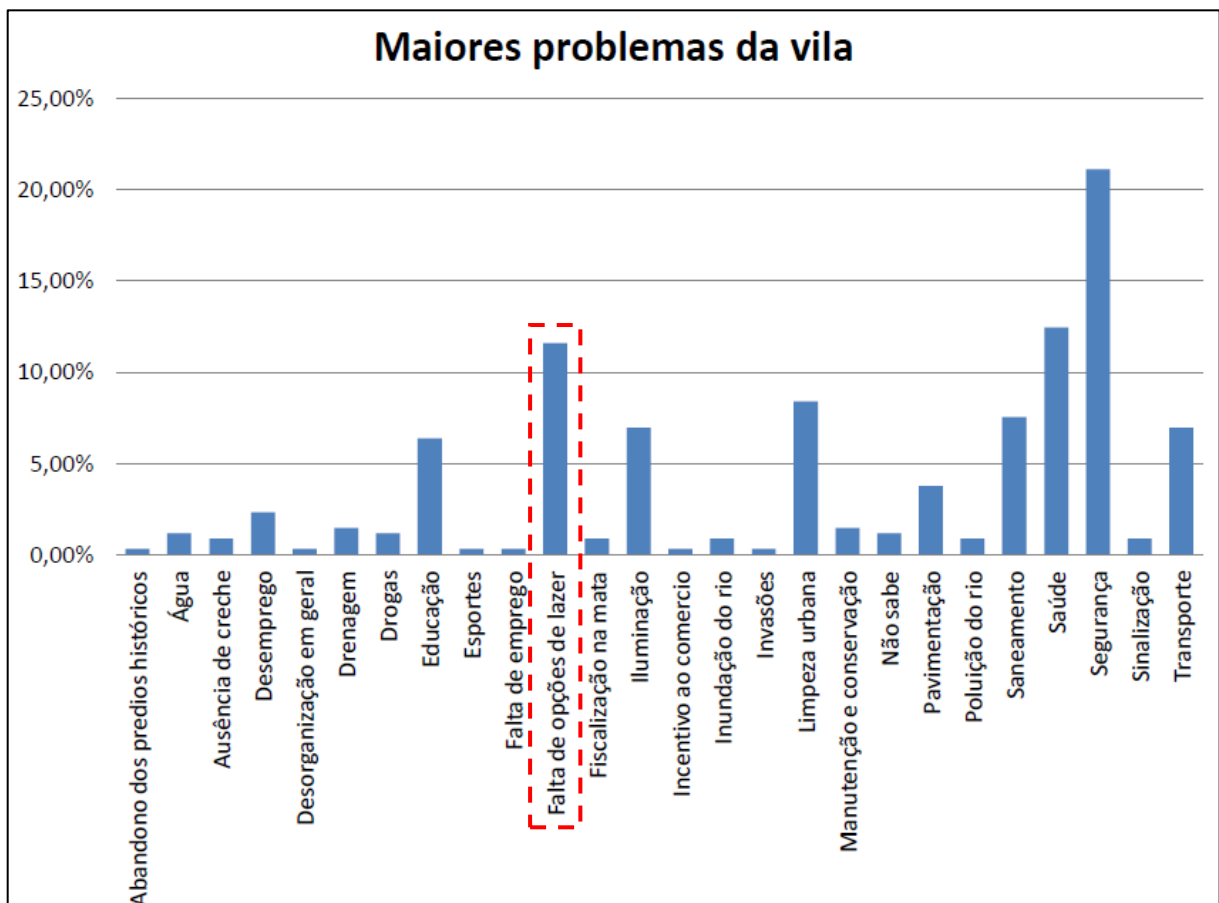


FIGURA 148: Gráfico dos maiores problemas da vila.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Já na segunda entrevista ao serem questionado sobre as áreas de lazer existentes na vila, a grande maioria dos entrevistados, cerca de 23%, responderam não haver nenhum tipo de espaço destinado para tais atividades, desta maneira a autora da pesquisa relaciona este resultado ao fato da indignação quanto ao péssimo estado



de conservação dos espaços livres públicos de recreação do bairro. Neste mesmo item encontram-se a Praça de Eventos em terceiro lugar com 12% e a Praça da gruta em 4º, com 10%, e ainda aqui algumas pessoas citaram a quadra da Praça de Eventos como uma opção de lazer, num total de 2%.

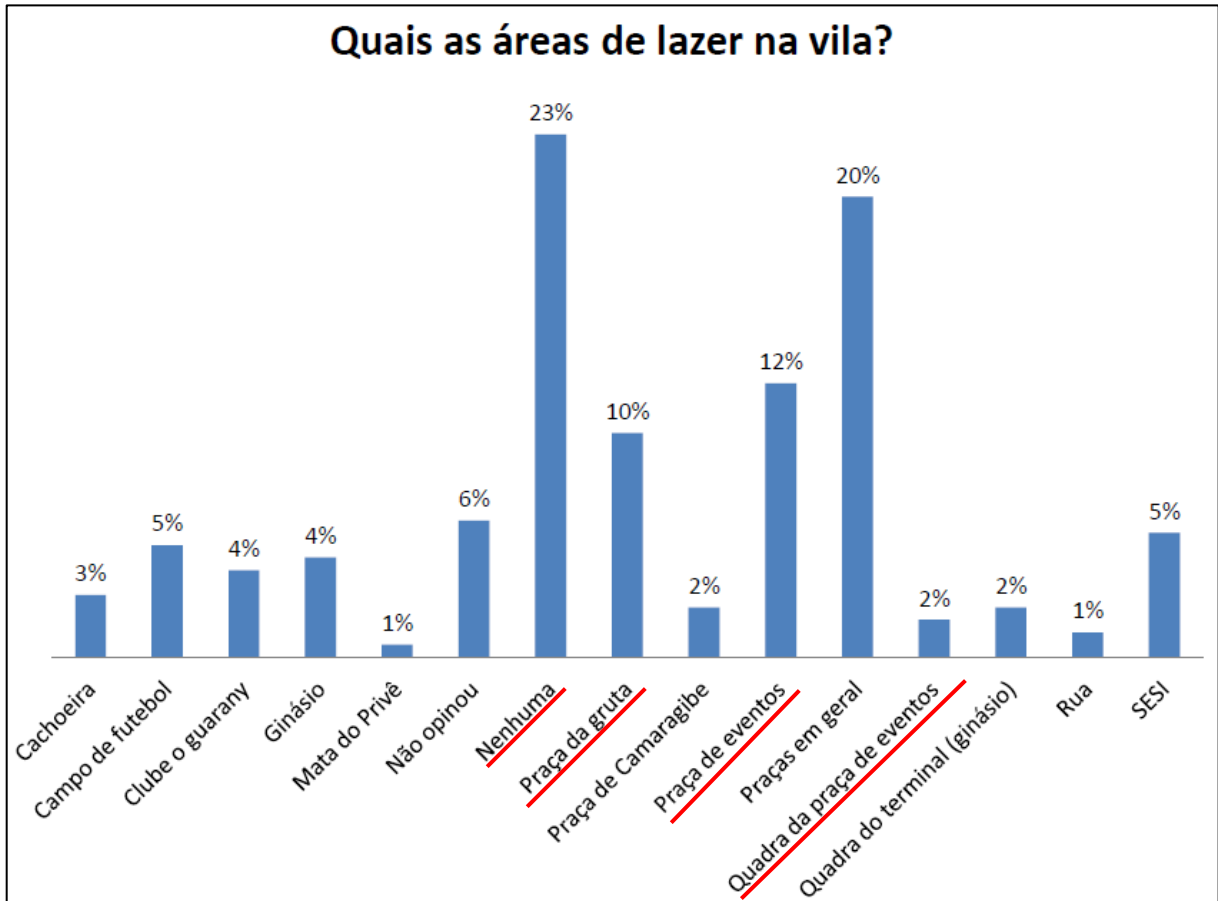


FIGURA 149: Gráfico das áreas de lazer da vila.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

Para melhor compreensão das atividades realizadas e desejadas pela população e usuários da praça foram pedidos sugestões em relação às opções e atividades de lazer tanto para todo o conjunto da vila quanto mais especificamente para a praça objeto de intervenção. Estes estão resumidos nas duas figuras subsequentes, onde foi possível perceber o gosto pelo esporte por parte dos usuários, sendo assim necessário manter o uso dado para o pátio cimentado como quadra de futsal. ainda neste item percebe-se o quanto é necessário a reabilitação do antigo Playground e um espaço com mais qualidade para o encontro de pessoas da terceira idade, assim como um local adequado para a realizações de shows e eventos culturais.

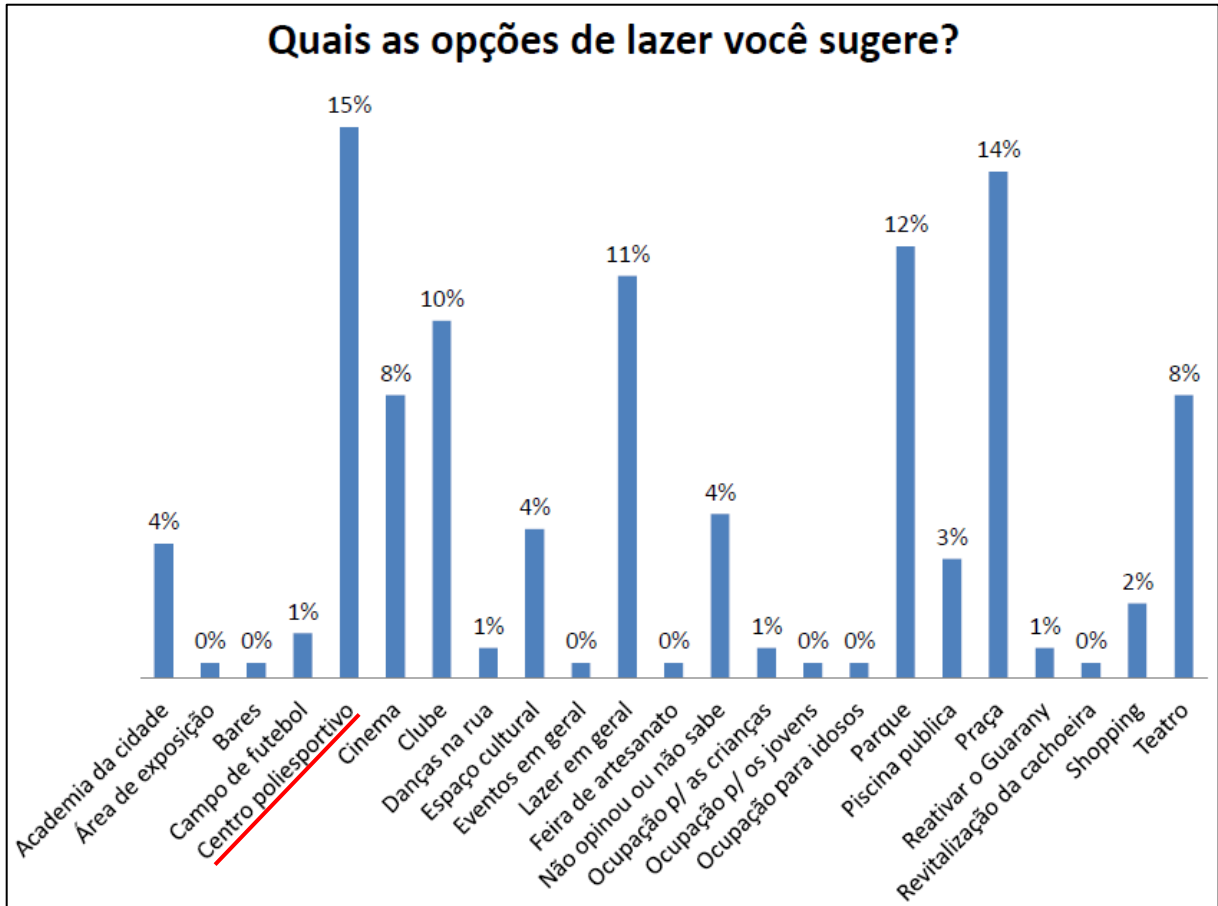


FIGURA 150: Gráfico das opções de lazer sugeridas.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

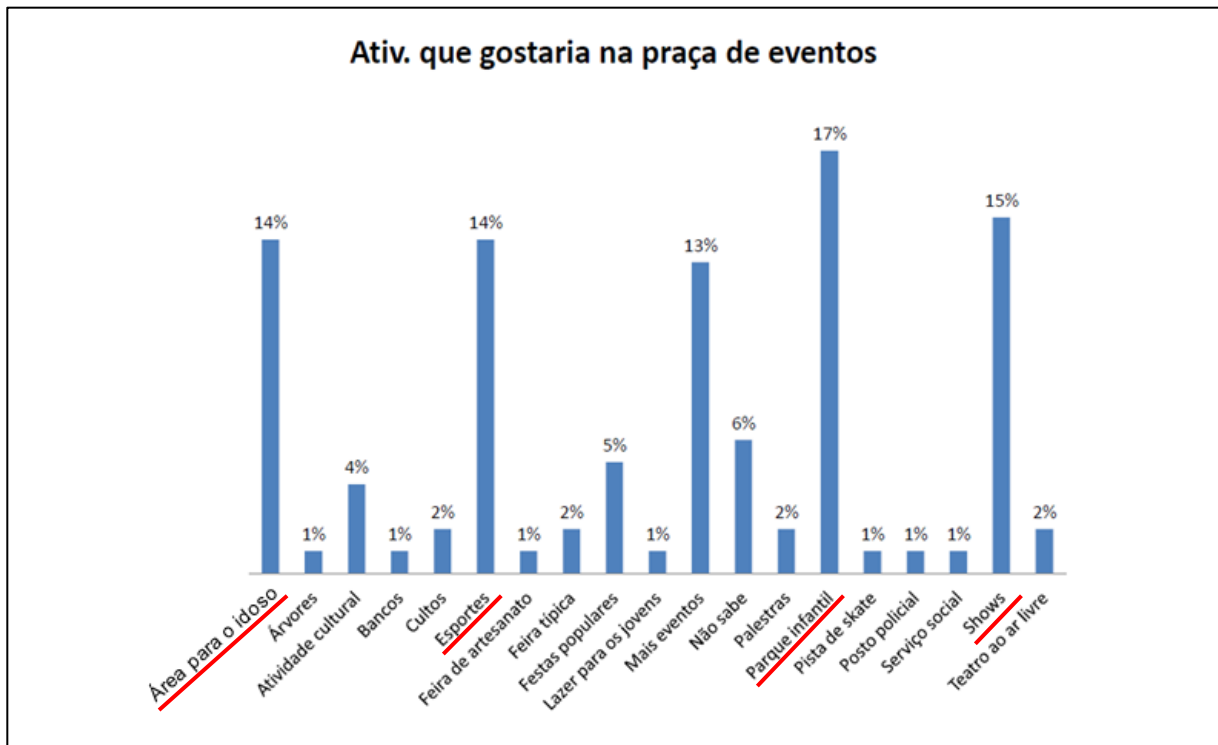


FIGURA 151: Gráfico das atividades sugeridas para a Praça de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



CAPÍTULO 4 – PARQUE CARLOS ALBERTO DE MENEZES

O presente capítulo corresponde à apresentação da proposta de revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica e do conjunto de espaços livres públicos em seu entorno, onde todas essas áreas foram unificadas e tratadas como um único parque. Para tanto é necessário, antes de inicializar o anteprojeto em si, a realização de alguns estudos que servirão como um guia facilitando assim a confecção do projeto. Tais estudos encontram-se organizados nas etapas pré-projetuais, e somente após o término deles é que se dará o início das diretrizes projetuais, em seguida será definido o partido no memorial justificativo, e por fim a apresentação da proposta no anteprojeto paisagístico.

4.1 ETAPAS PRÉ-PROJETUAIS

Este item possui a finalidade de embasar a proposta a partir da predefinição do programa de necessidades e seu zoneamento básico, e logo em seguida será feita a montagem do organograma, fluxograma e estudos de insolação e ventilação no intuito de indicar os locais mais favoráveis para cada atividade inserida no programa da proposta.

4.1.1 Programa de necessidades

A partir da análise feita no capítulo 2 sobre os três estudos de caso observou-se a existência de muitos outros usos inseridos em praças de eventos no intuito de torná-la mais completa e mais utilizada em dias não festivos, tais usos podem ser destinados ao público infantil com uma área destinada a um playground, ou uma quadra de futebol para os praticantes de esporte, e até mesmo áreas ajardinadas com bancos sombreados para a contemplação e lazer.

Além de tais usos extras existem também os equipamentos que são necessários para um bom funcionamento dos pátios de eventos, como por exemplo os quiosques de bebidas e alimentos, os banheiros públicos e até mesmo uma área mais afastada com bancos destinada ao encontro, descanso e conversa dos usuários. Para confecção deste programa de necessidades também foi levado em consideração



todos os aspectos relevantes ao desejo da população explanados nas entrevistas realizadas no terceiro capítulo.

A Praça de Eventos da Vila da Fábrica é muito carente neste aspecto, ela não possui nem mesmo os equipamentos necessários para a realização de eventos, como o palco e banheiros, sendo utilizados equipamentos móveis. Abaixo segue um quadro onde pode ser observado o aumento da variedade de atividades no local a partir de um programa proposto mais abrangente, onde além da intervenção no pátio de eventos, este programa busca integrar o espaço da praça com a gruta e o Bar da Macaxeira no intuito de tornar uma área mais diversificada e harmônica.



FIGURA 152: Programa existente e programa proposto.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

4.1.2 Zoneamento básico

Entende-se por zoneamento o estudo de diferentes áreas de um determinado espaço, por meio de setores com a finalidade de separá-los e distribuí-los da melhor forma possibilitando assim um melhor entendimento dos fluxos decorrentes de cada área. O zoneamento mostrado abaixo se seguiu a partir das zonas já existentes e da inserção de novos usos de acordo com o programa já definido anteriormente.

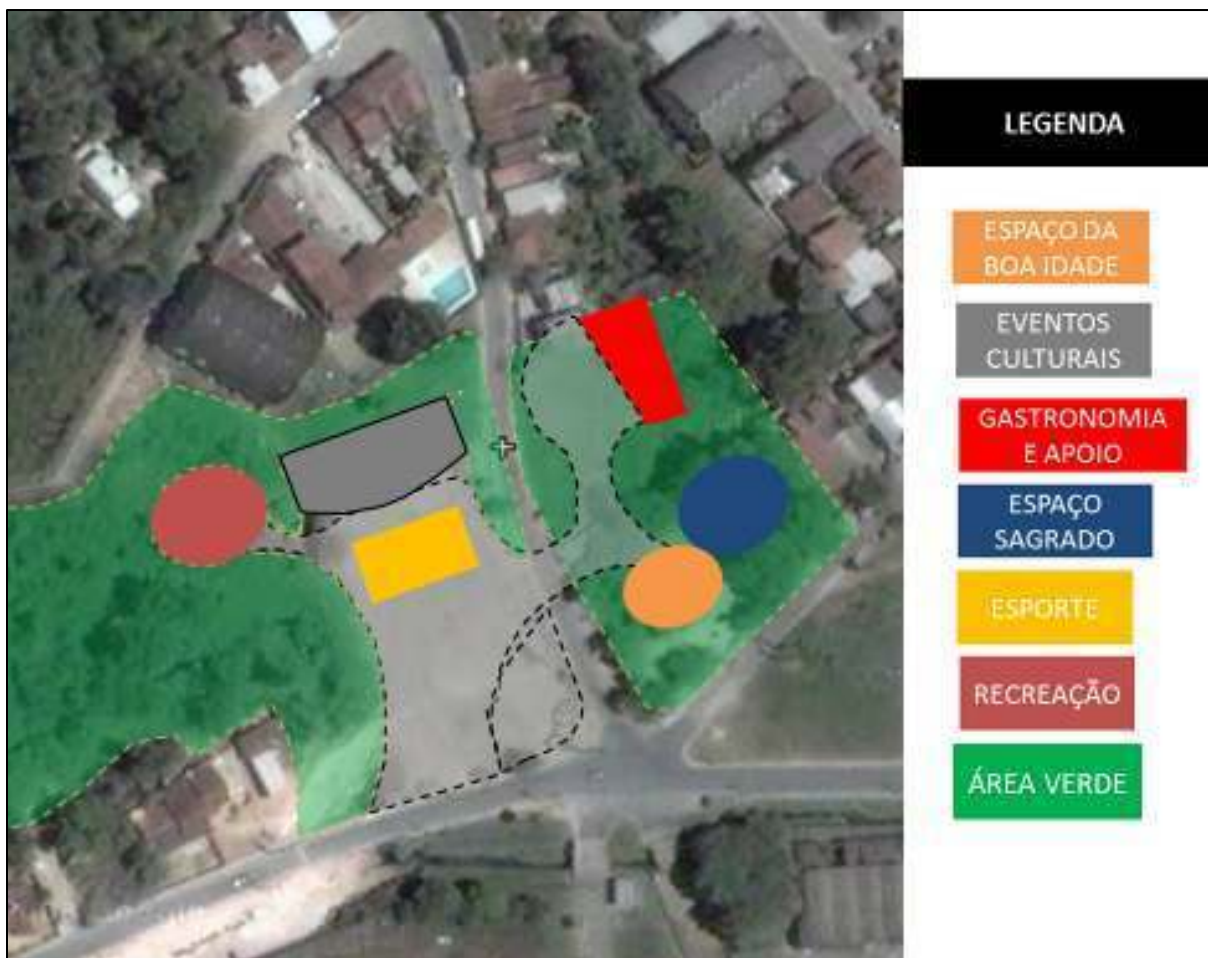


FIGURA 153: Estudo preliminar de zoneamento da proposta.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

4.1.3 Organograma e fluxograma

Com a finalidade de melhor entender a estruturação e organização dos espaços propostos a partir de um gráfico da disposição e inter-relações dos ambientes envolvidos foi estruturado um organograma a partir do zoneamento básico desta proposta.

Entende-se por fluxograma o estudo dos possíveis fluxos existentes classificados como de grande, média e baixa intensidade, a partir de um organograma definido anteriormente, no intuito de possibilitar uma melhor definição e funcionalidade da circulação existente no projeto.



FIGURA 154: Organograma para o Pátio de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

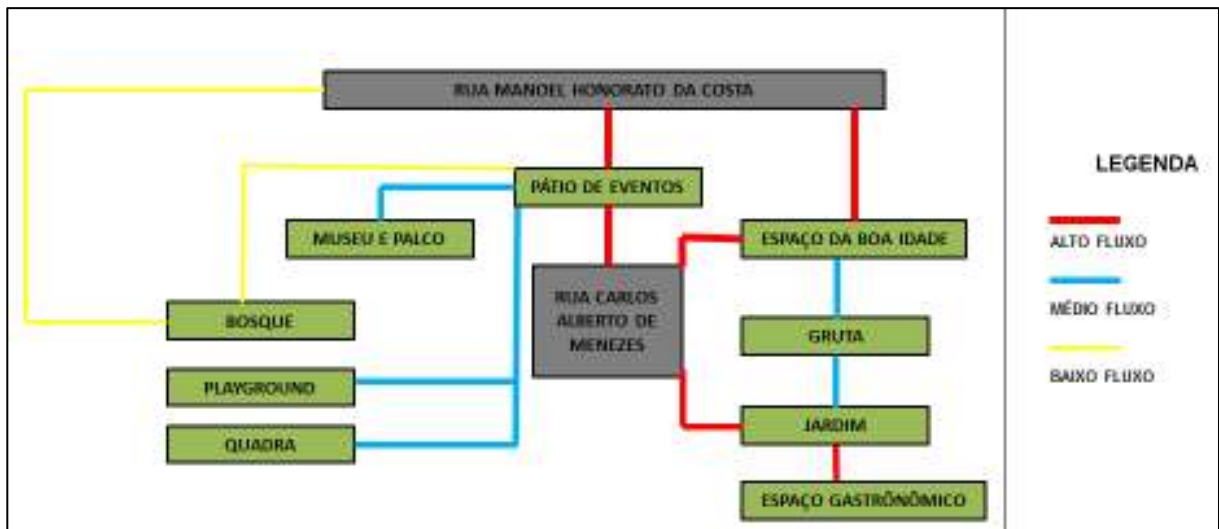


FIGURA 155: Fluxograma para o Pátio de Eventos.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

4.1.4 Estudo de insolação e ventilação

O estudo de insolação e ventilação é de extrema importância na realização de qualquer projeto, a fim de identificar as áreas de maior insolação e assim poder prever parâmetros de proteção solar, e também quanto a melhor ventilação para se ter um melhor conforto térmico, abaixo segue o estudo de insolação e ventilação feitos na área a ser revitalizada.

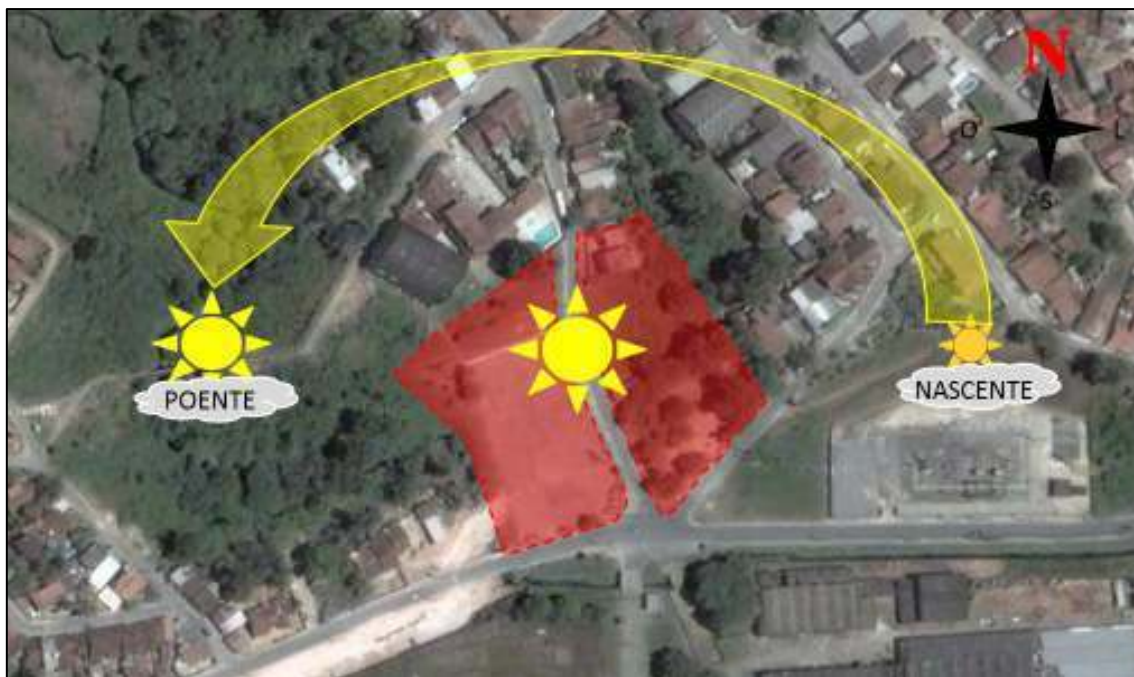


FIGURA 156: Estudo de insolação.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.



FIGURA 157: Estudo de ventilação.

FONTE: Autora da pesquisa, 2012.

4.2 DIRETRIZES PROJETUAIS

Com a finalidade de direcionar o desenvolvimento da proposta foram definidas algumas diretrizes projetuais relatando cada passo que deve ser tomado para a revitalização de toda a área.



Diretrizes Projetuais:

1. Considerar A Revitalização da Praça de Lazer da Vila da Fábrica, da gruta Nossa Senhora de Lourdes e de seu entorno, como uma oportunidade de oferecer à população do município de Camaragibe, um equipamento de uso público, diferenciado e único na sua concepção e implantação;
2. Respeitar às condições patrimoniais, históricas, culturais, ambientais e sociais do entorno no intuito de não vir a agredir nenhuma dessas partes;
3. Resgatar a área verde degradada inclusive à vegetação ribeirinha e subsequente tratamento do canal que margeia o pátio principal;
4. Resgatar o espaço abandonado do antigo playground, proporcionando novas opções de lazer para o uso infantil, e manter o uso existente dado pela população da quadra de futsal;
5. Implantar um Centro gastronômico no intuito de trazer mais usuários ao local e para dar um apoio nas realizações de grandes eventos artísticos e culturais;
6. Construir uma nova edificação destinada à realização de eventos culturais e exposições artísticas respeitando seu diálogo com o Patrimônio Histórico existente;
7. Criar o Museu do operário em referência à memória e história dos antigos trabalhadores da Fábrica de tecidos Braspérola e atuais moradores da Vila Operária da Fábrica de Tecidos.
8. Fazer a restauração da Gruta Nossa Senhora de Lourdes, respeitando a doutrina cristã, o ambiente sagrado e a memória do patrimônio;
9. Articular a possibilidade de implantação de calçadas verdes em todo o perímetro do parque adentrando em toda a Vila, assim como a arborização de todas as principais vias, e propor uma forma de diminuir o tráfego na Rua Carlos Alberto de Menezes proporcionando uma melhor mobilidade para os usuários da praça.



4.3 MEMORIAL JUSTIFICATIVO

Esta proposta de revitalização traz para a Praça de Eventos, a Praça da Gruta e seu entorno um espaço livre público tanto usado nos dias de festas e eventos promovidos pela cidade, como no dia-a-dia da população, usada para recreação, contemplação, socialização, descanso, práticas esportivas e também circulação e passagem de pedestres, aqui toda esta área será chamada de área de eventos e lazer.

Como já mencionado anteriormente a definição do programa de necessidades se deu após o entendimento de praças semelhantes e a análise do funcionamento deste espaço, assim como a escuta com os usuários. Após levantamento de todos esses dados o programa apresentado buscou respeitar e manter os usos existentes, definir nossos usos de acordo com a carência da população e propor uma melhoria, tanto dos equipamentos e mobiliários urbanos, como da paisagem, a fim de tornar um espaço mais harmônico e agradável.

Toda a área encontra-se em um terreno desnivelado, apenas o pátio da Praça de Eventos apresenta uma uniformidade plana, desta forma, pensando na acessibilidade de todos os usuários foi proposto o rebaixamento de todo o piso, deixando todos os espaços num mesmo nível. Com isto foi inevitável a formação de algumas áreas de talude, estas foram aproveitadas para a criação de jardins, diminuindo assim a sensação de “buraco”.

O playground, um dos equipamentos mais requisitado nas entrevistas, foi reabilitado para trazer as crianças de volta a praça. Para os idosos, que já utilizavam o lugar com mesas improvisadas para jogar damas e domino, foi criado o espaço da boa idade, uma área coberta por um pergolado de madeira com uma trepadeira sobreposta e com bancos e mesas de tabuleiro e cadeiras com encosto para encontros e conversas demoradas.

Na gruta já existiam atividades de culto católico, em sua frente ficavam alguns bancos de concreto que davam suporte a realização de missas campais, estes foram removidos para dar lugar a bancos maiores, feitos em granilite e com encosto



para um maior conforto dos usuários. Ainda na gruta foi proposto a construção de um septo de pedra que abraça toda a gruta, deixando o lugar mais acolhedor e reservado das festas profanas que irão acontecer no pátio de eventos.

Foi criada uma galeria gastronômica haja vista a importância do bar da macaxeira existente no local, esta contempla, além do próprio bar da macaxeira, duas lanchonetes e uma bateria de banheiros, e ainda um pátio para piquenique e encontros de pessoas. Este espaço gastronômico além de ser muito utilizado no dia-a-dia, irá dar suporte a realização de grandes eventos.

Pensando em valorizar a cultura e história dos moradores da vila operária ainda foi proposto a construção do Museu do Operário, onde será exposto documentos, fotografias e/ou obras de arte mostrando toda a história da vila operária. Em cima do museu existe um palco de eventos que funcionará nos dias festivos.

No intuito de integrar ambas as praças e o espaço da galeria gastronômica, foi criado um piso único em blocos de concreto intertravado atravessando a Rua Carlos Alberto e interligando todos os ambientes, fazendo-os integrados. A fim de amenizar o calor excessivo e a insolação e deixar a paisagem da área mais bonita foi proposto diversas espécimes de árvores.



4.4 MEMORIAL BOTÂNICO

As espécies vegetais utilizadas no anteprojeto paisagístico foram especificadas conforme suas características climáticas, estética e manutenção, estas são descritas a seguir:

- **ARBÓREAS:**

SOMBREIRO



FIGURA 158: Sombreiro.

FONTE: Google imagens, 2012.

- Nome científico: *Clitoria fairchildiana*;
- Altura média: Pode alcançar até 12 metros.
- Observação: Pleno sol, clima equatorial, tropical e tropical úmido. Época de floração: Verão e Outono.

CORAÇÃO DE NEGRO



FIGURA 159: Coração de Negro.

FONTE: Google imagens, 2012.

- Nome científico: *Terminalia catappa*;
- Altura média: Cresce de 12 até 35 metros.
- Observação: Deve ser cultivada sob sol pleno, rústica, pode-se cultivá-la em solos pobres. Sua copa ampla e cheia, fornece sombra farta no escaldante verão dos trópicos.

BRASILEIRINHO



FIGURA 160: Brasileirinho.

FONTE: Google imagens, 2012.

- Nome científico: *Erythrina variegata*
- Altura média: De 8 a 12 metros.
- Observação: Planta rústica de baixa manutenção, adequada para a arborização urbana.



FIGURA 161: Ipê Roxo

FONTE: Google imagens, 2012.

IPÊ ROXO

- Nome científico: *Tabebuia Avellanadae*
- Altura média: Até 20 metros.
- Observação: Ótima árvore ornamental, de floração maravilhosa. Não possui raízes agressivas.



FIGURA 162: Ipê Amarelo

FONTE: Google imagens, 2012.

IPÊ AMARELO

- Nome científico: *Tabebuia chrysotricha*
- Altura média: De 8 a 12 metros.
- Observação:

FLANBOYANT



FIGURA 163: Flanboyant

FONTE: Google imagens, 2012.

- Nome científico: *Delonix regia*
- Altura média: De 06 a 12 metros.
- Observação: Deve ser cultivado sob pleno sol, em solo fértil, com irrigações periódicas no primeiro ano. Tolerante a estiagem, porém não tolera frio.



• **PALMÁCEA:**

PALMEIRA ARECA



FIGURA 164: Palmeira Areca.
FONTE: Google imagens, 2012.

- Nome científico: *Dypsis lutescens*

- Altura média: De 3 a 9 metros.

-Observação: Em comparação com outras palmeiras, a areca-bambu apresenta rápido crescimento. Ela pode ser conduzida de duas formas: com porte arbustivo (com muitos caules – atinge até 3 metros) ou arbóreo (com poucos caules – atinge até 9 metros).



FIGURA 165: Palmeira Imperial
FONTE: Google imagens, 2012.

PALMEIRA IMPERIAL

- Nome científico: *Roystonea Oleracea*

- Altura média: De 18 a 40 metros.

-Observação: Tropical de pleno sol, apresenta boa tolerância ao frio de regiões subtropicais e temperadas.



• **ARBUSTIVA:**



FIGURA 166: Pingo de Ouro.
FONTE: Google imagens, 2012.

PINGO DE OURO

- Nome científico: *Duranta Aurea*
- Altura média: Em torno de 1,50 metros.
- Observação: Este arbusto multiplica-se por estaquia e raramente por sementes



FIGURA 167: Roxinho.
FONTE: Google imagens, 2012.

ROXINHO

- Nome científico: *Alternanthera Rubi*
- Altura média: Em torno de 50 a 100 centímetros.
- Observação:



FIGURA 168: Ixora Vermelha.
FONTE: Google imagens, 2012.

IXORA VERMELHA

- Nome científico: *Ixora Nana Vermelha*
- Altura média: Em torno de 40 centímetros.
- Observação:



• **TREPADEIRA:**



FIGURA 169: Viuvinha.

FONTE: Google imagens, 2012.

VIUVINHA

- Nome científico: *Petrea Subserata*
- Altura média: Em torno de 3 a 5 metros.
- Observação:



FIGURA 170: Herinha.

FONTE: Google imagens, 2012.

HERINHA

- Nome científico: *Ficus Pumila*
- Altura média: Em torno de 8 metros.
- Observação: Em todos os ficos de folhas brilhantes estas devem ser regularmente limpas com uma esponja para as libertar da poeira acumulada.

• **FORRAÇÃO:**



FIGURA 171: Grama Esmeralda.

FONTE: Google imagens, 2012.

GRAMA ESMERALDA

- Nome científico: *Wild Zoysia*
- Altura média: Em torno de 10 a 20 centímetros.
- Observação: Espécie indicada para jardins, pois, suas folhas são estreitas, médias, cor verde-esmeralda e enraízam facilmente.



4.5 MEMORIAL DESCRITIVO

- **MOBILIÁRIO URBANO:**



CONJUNTO DE LIXEIRAS FIBRA RETANGULAR TAMPA VAI-VEM.

Conjunto de Lixeiras em fibra.

Capacidade Total 272 litros.
Capacidade por coletor 68 Litros

FIGURA 172: Lixeira coleta seletiva.
FONTE: Google imagens, 2012



LIXEIRA REDONDA DE CONCRETO

Lixeira Redonda de Concreto.

Capacidade 130 Litros.

FIGURA 173: Lixeira de concreto.
FONTE: Google imagens, 2012



BANQUETA MÓDULO CURVO.

Confeccionado em concreto vibrado e envernizado.

C= 1.75m – h=0.45

C= 2.32m – h=0.45

FIGURA 174: Banqueta módulo curvo.
FONTE: Google imagens, 2012



**CONJUNTO DE MESA E BANCOS PARA
JOGOS DE TABULEIRO EM CONCRETO
ARMADO**

Confeccionado em concreto armado com tabuleiro cerâmico, composto por uma mesa e quatro banquetas.

FIGURA 175: Conjunto de mesa e bancos.
FONTE: Google imagens, 2012



**BANCO DE PRAÇA EM CONCRETO E
MADEIRA REFLORESTADA**

Confeccionado em concreto / pranchas em madeira

Largura: 1,90m
Altura: 0,91m

FIGURA 176: Banco de praça em concreto.
FONTE: Google imagens, 2012



**MESA DE PIQUENIQUE E BANCO EM
MADEIRA REFLORESTADA**

Confeccionada em madeira de reflorestamento tratada.

FIGURA 177: Mesa de piquenique e banco
FONTE: Google imagens, 2012



**PERGOLADO EM MADEIRA DE
REFLORESTAMENTO**

Confeccionado em madeira reflorestada

FIGURA 178: Pergolado em madeira
FONTE: Google imagens, 2012



BANCO DE PRAÇA EM CONCRETO ARMADO SEM ENCOSTO

Largura: 0,50m
Altura: 0,45m

FIGURA 179: Banco de praça em concreto.
FONTE: Google imagens, 2012



BANCO DE PRAÇA EM AÇO E GRANILITE COM ENCOSTO

Altura até o encosto: 0,88m
Altura até o acento: 0,45m

FIGURA 180: Banco de praça em granilite.
FONTE: Google imagens, 2012



GRELHA DE ÁRVORE EM FERRO FUNDIDO

D. interno = 1,00m
D. externo = 2,00m

FIGURA 181: Grelha de árvore em ferro fundido
FONTE: Google imagens, 2012



GELO BAIANO DE CONCRETO EM FORMATO CIRCULAR – D: 40cm

FIGURA 182: Gelo baiano de concreto.
FONTE: Google imagens, 2012



ORELHÃO PÚBLICO EM FIBRA DE VIDRO

FIGURA 183: Orelhão público
FONTE: Google imagens, 2012



PLAYGROUND EM CONCRETO E AÇO.

Escorregador, Barras, Balanço, gangorra, gira-gira, tubos de concreto.

PLAYGROUND EM MADEIRA E AÇO.

Casa do Tarzan

FIGURA 184: Playground em concreto
FONTE: Google imagens, 2012

- **PISO:**



BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO
RETANGULAR NA COR CINZA

FIGURA 185: Bloco de concreto intertravado
FONTE: Google imagens, 2012



BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO
RETANGULAR NA COR VERMELHO

FIGURA 186: Bloco de concreto intertravado vermelho
FONTE: Google imagens, 2012



BLOCO DE CONCRETO SEXTAVADO NA
COR NATURAL / CONCRETO

FIGURA 187: Bloco de concreto sextavado
FONTE: Google imagens, 2012



PISO EM PEDRA NATURAL MIRACEMA

FIGURA 188: Piso em pedra natural Miracema.
FONTE: Google imagens, 2012



MOSAICO TRABALHADO EM GRANITO
NATURAL.

FIGURA 189: Mosaico em granito
FONTE: Google imagens, 2012



PISO EM CONCRETO LISO PINTADO NA COR
VERDE COM MARCAÇÃO PARA QUADRA DE
FUTSAL

FIGURA 190: Piso em concreto liso pintado
FONTE: Google imagens, 2012



PISO EM GRANILITE CINZA NATURAL

FIGURA 191: Piso em granilite cinza
FONTE: Google imagens, 2012

• **ILUMINAÇÃO E IRRIGAÇÃO:**



SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO PARA GRAMADOS E JARDINS – ARMA EM FERRO E PVC

FIGURA 192: Sistema de irrigação por aspersão
FONTE: Google imagens, 2012



LUMINÁRIA DE LUZ INDIRETA TIPO REFLETOR COM APLICAÇÕES URBANAS EM ZONAS AMPLAS COMO PRAÇAS OU AVENIDAS

Altura: 09 a 12m

FIGURA 193: Luminária de luz indireta
FONTE: Google imagens, 2012



DECOCENE LED – PHILIPS: LUMINÁRIA COM LEDs, PARA PISO.

Pode ser usada para traçar um caminho luminoso através de um parque público ou jardim.

FIGURA 194: Luminária de piso.
FONTE: Google imagens, 2012



BALIZADOR VIVARA – PHILIPS.

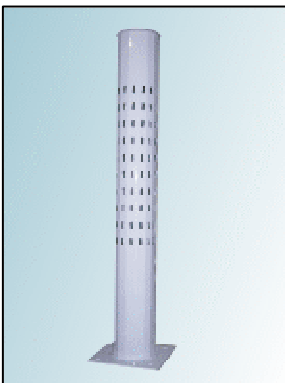
Ideal para iluminação de jardins ou praças públicas, resistente ao vandalismo. Indicada para uso com lâmpadas a vapor de sódio de 70w.

FIGURA 195: Balizador vivara philips
FONTE: Google imagens, 2012



REFLETOR 250W, COM LÂMPADA E REATOR VAPOR METÁLICO. LUZ VERDE PARA ILUMINAÇÃO DE ÁRVORES.

FIGURA 196: Refletor para árvores
FONTE: Google imagens, 2012



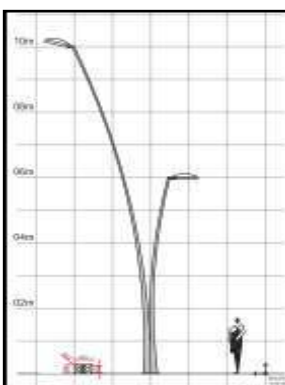
POSTE DECORATIVO. POSTE EM AÇO ESTAMPADO ZINCADO À FOGO, COM DIFUSOR POLIETILENO.

Altura: 3m

Cores: Preto ou branco

Aplicação: Poste decorativo, indicado para utilização em praças, avenidas e jardins.

FIGURA 197: Poste decorativo
FONTE: Google imagens, 2012



POSTE DUPLO METALSINTER HARMONIA, GALVANIZADO A FOGO E PINTURA EM POLIÉSTER.

Altura: 6 e 10metros.

FIGURA 198: Poste duplo
FONTE: Google imagens, 2012



4.6 APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ANTEPROJETO PAISAGÍSTICO

Como resultado final obteve-se a confecção de um anteprojeto paisagístico da Área de Eventos e Lazer da Vila da Fábrica, que inclui a Praça de Eventos da Vila da Fábrica, a Praça de Acolhida da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno, organizados graficamente nas seguintes pranchas em anexo:

- **Anteprojeto de revitalização paisagística da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e seu entorno.**

Prancha – 01/04: Planta de locação;

Prancha – 02/04: Planta de espécies vegetais;

Prancha – 03/04: Planta de infraestrutura;

Prancha – 04/04: Vistas Gerais.

- **Estudo preliminar de implantação da Galeria Gastronômica e do pátio de piquenique na Praça de Eventos e Lazer da Vila da Fábrica.**

Prancha – 01/04: Planta de locação e cobertura – galeria gastronômica;

Prancha – 02/04: Planta baixa – galeria gastronômica;

Prancha – 03/04: Planta de layout – galeria gastronômica;

Prancha – 04/04: Vista frontal, corte AA' e BB' – galeria gastronômica.

- **Estudo preliminar de implantação do palco e do Museu do Operário.**

Prancha – 01/05: Planta de locação e cobertura – palco de eventos e museu;

Prancha – 02/05: Planta baixa pavimento térreo – palco de eventos e museu;

Prancha – 03/05: Planta baixa pavimento superior – palco de eventos e museu;

Prancha – 04/05: Corte AA' e BB' – palco de eventos e museu;

Prancha – 05/05: Vista frontal e corte CC' – palco de eventos e museu.

- **Estudo preliminar de implantação do espaço da boa idade.**

Prancha – 01/03: Planta de locação e cobertura – espaço da boa idade;

Prancha – 02/03: Planta baixa – espaço da boa idade;

Prancha – 03/03: Corte AA' e vista frontal – espaço da boa idade.

- **Estudo preliminar de implantação do playground.**

Prancha – 01/01: Planta de locação dos mobiliários – playground;



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma proposta de revitalização do conjunto de espaços livres públicos de recreação e eventos da Vila da Fábrica, correspondente à Praça de Eventos, a Praça da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e todo seu entorno, que apesar de ser um espaço bastante utilizado por toda a população de Camaragibe encontra-se em mal estado de conservação e por isto precisa ser revalorizado.

Toda a pesquisa foi estruturada em cima de um plano de trabalho onde foi exposto, além da problemática, justificativa, e procedimentos metodológicos, o objetivo geral que se pretendia alcançar, que é “desenvolver uma proposta de revitalização da Praça de Eventos da Vila da Fábrica, da Gruta Nossa Senhora de Lourdes e de seu entorno”. A partir daí se deu início a confecção da redação científica, onde somente após seu desenvolvimento foi possível definir as diretrizes projetuais e realizar o anteprojeto paisagístico.

A redação científica organizada nos três primeiros capítulos foi finalizada no primeiro semestre de 2012, e foi nesta etapa onde se pode entender o real significado simbólico afetivo do objeto de trabalho para com os usuários, exposto no terceiro capítulo e com suporte do embasamento teórico nota-se a importância de tratar toda a ambiência do lugar respeitando os usos e a cultura existente.

O segundo capítulo teve suma importância para a confecção da proposta do anteprojeto, onde foi possível compreender o funcionamento de praças semelhantes, destinadas a realização de atividades de lazer e eventos, sem o qual seria impossível o desenvolvimento da proposta que encontra-se organizada no 4º capítulo deste trabalho.

De início, a área de abrangência escolhida foi muito ampla, contemplando todo o espaço urbano da Vila da Fábrica, desta forma houve uma impossibilidade da realização do anteprojeto. Até seria possível trabalhar com todo o espaço urbano se a autora optasse por realizar um trabalho teórico, mas este nunca foi seu desejo, por este motivo houve uma redução da área, focando apenas no conjunto de espaços



livres de lazer e eventos. Com isto, mesmo não trabalhando com todo o conjunto urbano, a mesma realizou a descrição de todo ele no 3º capítulo, no intuito de assim poder despertar o desejo de outras pessoas para a realização de projetos de maior amplitude.

Para finalizar, vale ressaltar que a partir do momento em que a área foi escolhida até a conclusão da proposta, a preocupação e o respeito com o lugar e os usuários esteve sempre em primeiro lugar na concepção da autora, esta, apaixonada pela área, não mediu esforços para que o melhor fosse feito. Foi por este respeito que decisões como manter uma quadra no meio do pátio de eventos, e revitalizar o espaço privado do Bar da Macaxeira, sendo estes locais muito requisitados pelos usuários não podendo ser removidos.

Desta forma espera-se, portanto ter atingido o objetivo geral e específicos aqui citados, e que este trabalho venha a contribuir tanto para futuras pesquisas bibliográficas do tema, como para a melhoria da área trabalhada.



REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Roberto. **Manual Natureza de Paisagismo: Regras básicas para implantar um belo jardim**. São Paulo: Editora Europa, 2008.

DELPHIM, C. A. de Moura. **Manual de Intervenções em Jardins Históricos**. São Paulo: EDUSP, 1999.

Gestão do Patrimônio Cultural Integrado = Gestión del Patrimonio Cultural Integrado / Jukka Jokilehto ... et al.; apresentação e organização Silvio Mendes Zancheti / UFPE / Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a jardim: Praças públicas no Brasil – Algumas aproximações**. Artigo resultante de parte da Dissertação de Mestrado: As praças de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: UNESP, 2007. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEITÃO, Lúcia. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer, manual de procedimentos para intervenção em praças**. Prefeitura do Recife, Secretaria de Planejamento. Recife, 2002.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO, Sílvio Soares. **Espaços Livres**. In: Paisagem e Ambiente - Ensaios. n°7. São Paulo, FAUUSP, 1995.

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramancho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MASCARÓ, Juan Luís. **Infraestrutura da Paisagem**. Porto Alegre, Mais quatro Editora, 2008.



MASCARÓ, Lúcia. Desenho da Cidade e Iluminação Natural. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador: UFBA, n.7, 2006a.

MASCARÓ, Lúcia. A Iluminação do Espaço Urbano. **Revista ARQTEXTO**. Porto Alegre: UFRGS, n.8, 2006b.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: USP, 2002.

ROCHA, Edileusa da. **Guia do Recife, arquitetura e Paisagismo**. Prefeitura do Recife. Recife, 2004.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana DE Barros. **Espaço Livre do Recife**. Recife, 2000. Prefeitura do Recife, UFPE.

SILVA, Jessyca Grazielli Alves da. **Espaço Livre Público: Análise Do Projeto Academia Da Cidade No Município De Aliança/Pe**. Dissertação para obtenção do grau de arquiteto e urbanista. Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC. Recife, 2010.

VARGAS, Heliana Comin. CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação urbana: Textos de momento**. CECI: Textos para discussão n. 30, serie 1 – Gestão da conservação urbana. Olinda, 2008.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade**. Espaço & Debates, jan. / dez. 2003, v 23 43-44, p. 92-104.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão**. In: 4º Encontro do SIRCHAL. Salvador, 2000.

ELETRÔNICAS

ESPAÇOS Públicos de Lazer; História e Espaços Urbanos de lazer. Disponível em: <http://www.redenet.edu.br/.../20120221_Lazer - 004./pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2012.

MAPAS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps>>. Acesso em: 07 de março de 2012.



REDESENHANDO espaços livres. Disponível em:
<http://www.usp.br/fau/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/062/a009.html>. Acesso em: 21
de fevereiro de 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Controle e desenvolvimento urbano e
obras. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br>>. Acesso em 02 de abril de 2012.

LEGISLAÇÃO

CAMARAGIBE. **Diagnóstico das Regiões Político-Administrativas de
Camaragibe. (Org.) OLIVEIRA, Arthur Albuquerque B. ; PINTO, Cinthya Danielle
Silva.** Diagnóstico Técnico. Camaragibe, 2006.

CAMARAGIBE; **Lei n.032/1997, que estabelece as diretrizes De Parcelamento
Uso e Ocupação do Solo do Município de Camaragibe,** Camaragibe, 1997.

CAMARAGIBE; **Lei n.299/2006, que institui as RPA's e os Bairros do Município
de Camaragibe,** Camaragibe, 2006.

CAMARAGIBE; **Lei Complementar N° 341/2007, que institui o Plano Diretor de
Camaragibe,** Camaragibe, 2007.

CAMARAGIBE; **Perfil Municipal de Camaragibe. (Org.) MOURA, José Eduardo
de... et al.;** SEPLAMA, Camaragibe, 2007.

Declaração de Amsterdã – 1975;
Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>.
Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

Carta de Nairóbi – 1976;
Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>.
Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR 9050

APÊNDICE
MAQUETE GRÁFICA













ANEXOS